

CAROLINA RODRIGUES COSTA

**O MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DA REGIÃO DA GRANDE
FLORIANÓPOLIS: ALTERNATIVAS PARA A PARTICIPAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Del Carmen Cortizo.

Florianópolis-SC
2009

CAROLINA RODRIGUES COSTA

O MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: ALTERNATIVAS PARA A PARTICIPAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social, do Centro Sócio-Econômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Presidente: Prof^a. Dr^a Maria Del Carmen Cortizo – Orientadora, UFSC.

Membro: Prof^a. Dr^a Vera Herweg Westphal, UFSC.

Membro: Bel. Luciana de Melo Nunes dos Anjos.

RESUMO

A construção do Movimento LGBT brasileiro, a realidade do movimento de travestis e transexuais da Região da Grande Florianópolis e a construção de alternativas que levem a maior participação das trans no movimento local são os principais direcionantes do presente trabalho. A análise, feita a partir das perspectivas de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, parte do pressuposto de que da mesma forma que existem distintos projetos de sociedade, também existem distintos projetos de movimento LGBT, sendo que ambos estão envolvidos em contínuo processo de construção e reformulação de valores e ideais. A nosso ver, o enfrentamento entre estes diferentes projetos é necessário para a o desenvolvimento da própria sociedade e não devem ser vistos como algo ruim ou não desejado. Dentro disto, acreditamos que a expansão do Movimento LGBT depende, necessariamente, de uma abertura para que as diferenças possam ser expressas e refletidas, sendo consideradas como parte do processo de construção democrática.

Palavras-Chaves: Movimentos-Sociais; Movimento Trans; Democracia Participativa

ABSTRACT

The construction of the Brazilian LGBT movement, the reality of transvestites and transsexual's movement in the Greater Florianópolis and the construction of alternatives that could lead to greater participation of local "trans" in the movement are the main guidelines of the present work. The analysis, based on Ernesto Laclau's and Chantal Mouffe perspectives, assumes that just as there are different projects of society, there are also different projects in the LGBT movement, in which both are victims of a process involving the construction and reformulation of values and ideals. In our view, the confrontation amongst these different projects is necessary for the self development of the society and should not be seen as something bad or unwanted. In addition we believe that the expansion of the movement depends, necessarily, from an aperture, so that differences can be expressed and reflected, being considered part from the process of democratic construction.

Key Words: Social-Movements, Trans Movement; Participatory Democracy.

LISTA DE SIGLAS

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros.

ANTRA – Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros.

CNCD – Conselho Nacional de Combate a Discriminação

CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade, Amor.

EBGL – Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas.

EBGLT - Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis.

EBHO – Encontro Brasileiro de Homossexuais.

EGHO – Encontro de Grupos Homossexuais Organizados.

GALF – Grupo de Ação Lésbico-Feminista.

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

GLT – Gays, Lésbicas e Travestis.

HSH – Homens que fazem sexo com outros homens.

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

MGL – Movimento de Gays e Lésbicas.

MHB – Movimento Homossexual Brasileiro.

RENATA – Rede Nacional de Travestis.

RENTAL – Rede Nacional de Travestis e Liberados.

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. PRESSUPOSTOS PARA A DISCUSSÃO	11
2.1. Algumas Considerações sobre os Sujeitos em Questão	12
2.2. Apresentando o Pressuposto de Análise Escolhido.....	19
3. CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO.....	27
4. O MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.....	37
4.1. Relação entre o Movimento Trans e a Associação em Defesa do Direitos Homossexuais – Adeh Nostro Mundo.....	37
4.2. Perfil Sócio-Cultural e Econômico das Travestis E Transexuais da Grande Florianópolis.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
6. REFERENCIAS BIBLIOGRÀFICAS	59
7. APÊNDICES	61

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho foi motivado pela experiência de estágio obrigatório I e II do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, realizado no primeiro e no segundo semestre do ano de 2009 na Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais – ADEH Nostro Mundo, localizada na cidade de Florianópolis.

Na inserção na dinâmica da instituição e no atendimento aos usuários, iniciei um processo reflexivo acerca daquela realidade que se descortinava. As demandas que surgiam eram diversas e ligadas a diferentes áreas da vida dos sujeitos: saúde, trabalho, família, entre outros.

Dentro de um contexto tão plural, a dúvida que surgia era sempre a mesma: como desenvolver ações que pudessem ir além da resolução pontual dos problemas individuais? O atendimento direto e encaminhamento para a rede sócio-assistencial se mostravam como sendo muito importantes para os usuários, entretanto, a meu ver, era preciso pensar ações que fossem além.

No mês de maio do presente ano tive a oportunidade de participar do II Con+HIV+Vivendo que aconteceu na cidade de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul sob a coordenação da Associação de Transgêneros de Novo Hamburgo e contou com a presença de diversos grupos LGBT da Região sul do Brasil. Entre os militantes presentes alguns conseguiam se expressar melhor, e tinham melhores argumentos para defender seu ponto de vista, enquanto outros não fizeram o uso da palavra em momento algum. Entre os que permaneceram calados as trans representavam a maioria.

Ao regressar do evento, o fato presenciado foi discutido com os membros da Associação, o que me levou a concluir que em Florianópolis a realidade do movimento trans era semelhante, marcada pela baixa participação e pelo desconhecimento das trans em relação ao movimento. Frente a esta situação, pensamos que esta seria uma temática interessante para a realização de uma pesquisa.

Durante a construção da proposta de trabalho, que contou com o auxílio da equipe da ADEH Nostro Mundo, decidimos que o objetivo do trabalho seria o de realizar uma pesquisa que pudesse subsidiar a construção de alternativas que levassem a uma maior participação das trans no Movimento da Grande Florianópolis. Em decorrência decidimos que seria interessante realizar uma pesquisa bibliográfica com vistas a empreender uma reflexão sobre a história do Movimento LGBT brasileiro e uma pesquisa empírica com intuito de levantar

alguns dados que pudessem subsidiar a construção de novas práticas por parte do Movimento e da Associação.

Depois de construído o questionário, o levamos para aprovação na Associação e decidimos que os dados seriam avaliados tanto quantitativamente como qualitativamente. A aplicação dos questionários foi realizada com vinte trans entre os dias 01 de outubro de 2009 e 10 de novembro de 2009 cidades de São José e Florianópolis.

Já no início da pesquisa, na busca de um referencial bibliográfico que envolvesse o tema das transexuais e travestis, percebemos que a discussão acerca da temática ainda é escassa, sendo pouquíssimas as referências disponíveis. Esta falta de dados se apresenta como um empecilho para o conhecimento acerca do assunto e, conseqüentemente, para a criação de novas práticas que possibilitem o rompimento de estigmas e a formulação de propostas que possam resultar em uma maior autonomia dos sujeitos com um novo tipo de inserção na sociedade.

Frente a essa problemática acreditamos que a realização de uma pesquisa de caráter sócio-econômico e cultural apresenta grande relevância, pois servirá como um ponto de apoio para o Movimento e a Associação criarem novas práticas e legitimarem suas demandas frente ao poder público.

Tendo em vista o cumprimento da proposta inicial e dos objetivos da pesquisa, o trabalho foi dividido em três capítulos: no primeiro foram apresentados os pressupostos teóricos direcionantes da pesquisa; no segundo a História do Movimento LGBT no Brasil, e no terceiro a forma como se estrutura o Movimento Trans em Florianópolis e os dados da pesquisa.

O primeiro capítulo está dividido em duas partes principais, sendo que a primeira tem como objetivo apresentar os sujeitos inseridos no movimento, fazendo uma distinção entre os diferentes segmentos e apresentando algumas especificidades. Devido a multiplicidade de nomenclaturas e formas de referência indicamos também quais seriam os termos que utilizaríamos e o porquê da escolha. A segunda parte foi reservada para a discussão empreendida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe quanto ao papel ocupado pelos novos movimentos sociais no processo de radicalização da democracia.

O segundo capítulo tem o objetivo de contar parte da história do surgimento e construção do Movimento LGBT brasileiro no final dos anos de 1970. Nesta parte é apresentado o contexto de emergência dos primeiros grupos, buscando descrever também o período político que estava sendo vivenciado no Brasil com as mobilizações pelo fim da

Ditadura Militar. Em seguida traçamos o desenvolvimento do Movimento durante as décadas de 1980 e 1990 e a rota até os dias atuais. São apresentadas as contradições e conflitos dentro dos grupos tendo em vista a compreensão de como se dava a construção da coletividade entre sujeitos tão distintos.

O último capítulo foi reservado para falarmos sobre a dinâmica do Movimento trans em Florianópolis e sua interseção com a instituição ADEH Nostro Mundo, além de apresentar os dados levantados na pesquisa empírica, bem como sua avaliação.

Nossa opinião gira em torno da idéia de que a participação é fundamental para que sejam criadas as possibilidades para que os sujeitos alcancem alguma autonomia e possam defender seus interesses. Ao mesmo tempo, o movimento só poderá ser realmente forte se os sujeitos representados por ele participarem de sua dinâmica de construção e contribuírem para seu avanço. Acreditamos que em Florianópolis as possibilidades de concretização destes princípios estão postas, visto que o movimento já possui alguns anos de existência e tem certa estrutura ao lado da ADEH Nostro Mundo. Ou seja, os primeiros passos já foram dados, sendo preciso agora ajustar algumas questões para que a participação se efetive e as demandas tenham maior legitimidade.

2. PRESSUPOSTOS PARA A DISCUSSÃO

Antes de darmos início a discussão sobre os movimentos LGBT no geral, e trans, em particular, é necessário apresentar alguns elementos e questões que servirão de base e ponto de apoio às reflexões que serão empreendidas a seguir.

As categorias “homossexual” e “homossexualidade” foram desenvolvidas por médicos e sexólogos no século XIV, a fim de subsidiar a não penalização das práticas homossexuais no recém criado Império Alemão (MACRAE, 1990, 47). A partir de então, a maior parte das discussões científicas sobre o tema se deram, principalmente, nos campos da medicina e da psicologia. Contudo, esta tendência começou a ser alterada a partir dos últimos anos do século XVIII, quando muitos pensadores sociais passaram a se empenhar em desenvolver novos estudos sobre o tema, procurando entender o fenômeno enquanto uma “construção social”. Estas novas abordagens buscaram construir distinções entre comportamentos, papéis, categorizações e identidades dos sujeitos, o que possibilitou, o surgimento progressivo de novas compreensões sobre o tema. MacRae, por exemplo, em seu livro *A Construção da Igualdade* defende que os fenômenos ligados à homossexualidade não podem ser entendidos de forma estanque, pois os mesmos estão relacionados de maneira direta com os demais fenômenos sociais que permeiam as distintas realidades:

Não só as atitudes perante a homossexualidade são passíveis de variações, como também os significados sociais e subjetivos com que ela é investida. Torna-se, portanto, impossível pensar uma história universal da homossexualidade. O significado social desse comportamento, tanto em termos de resposta social, quanto em termos de identidade individual, só pode ser apreendido dentro de um contexto histórico específico. (MACRAE, 1990, p. 47, 48)

Esta abordagem vai de encontro e pode ser complementada por outras análises que ao tratarem de temas ligados à constituição da sociedade e dos sujeitos, consideram o campo social como algo que vai sendo construído no decorrer do próprio caminho e como resultado das relações que vão se constituindo. Dentro desta perspectiva não é possível considerar a sociedade como algo pronto, mas sim como um campo aberto onde interesses distintos são defendidos.

A análise feita por Laclau e Mouffe (1987) a respeito da categoria sujeito é rica em elementos para a nossa reflexão. Os autores defendem que os sujeitos sempre ocupam determinadas posições, sendo construídos socialmente a partir de distintas perspectivas

sociais. Neste caso, é interessante mostrar seu ponto de vista sobre a categoria abstrata “Homem”:

(...) lo que se trata es de demostrar como el “Hombre” ha sido producido en los tiempos modernos; cómo el sujeto “humano” – es decir, el portador de una identidad humana sin distinciones – surge en ciertos discursos religiosos, se encarna en prácticas jurídicas y se construye diversamente en otras esferas. La comprensión de esa dispersión es la que nos puede hacer entender la fragilidad de los mismos valores “humanistas”, la posibilidad de su perversión a través de su articulación equivalencial con otros valores y la limitación de los mismos a ciertas categorías de la población – la clase propietaria, por ejemplo, o la población masculina. Lejos de considerar que el hombre tiene el status de una esencia –acordada, presumiblemente, por un don del cielo -, dicho análisis nos puede mostrar las condiciones históricas de su emergencia y las razones presentes de su vulnerabilidad, permitiéndonos así luchar más eficazmente, y sin ilusiones, en defensa de los valores humanistas¹. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p.134, 135)

As reflexões empreendidas por Laclau e Mouffe (1987) sobre as categorias de “sujeito” e “social”, bem como a discussão que fazem a respeito do campo democrático serão o fio condutor para a nossa análise das características e potencialidades do movimento de travestis e transexuais da Região da Grande Florianópolis. Desta forma, uma reflexão mais aprofundada sobre a obra dos autores será realizada ainda neste capítulo.

Antes, entretanto, faz-se necessário fazer algumas pontuações a respeito das nomenclaturas que serão utilizadas para fazer menção ao movimento homossexual e também aos sujeitos que se organizam dentro dele.

2.1. Algumas Considerações sobre os Sujeitos em Questão

Com já citamos acima, os termos “homossexual” e “homossexualidade” têm uma história bastante longa. Entretanto, com o surgimento dos novos estudos estes termos foram ganhando significados distintos no decorrer dos últimos anos. Edward MacRae, umas das referências no Brasil no campo de estudos sobre o Movimento Homossexual, emprega os termos da seguinte forma:

¹ (...) trata-se de demonstrar como o “Homem” tem sido produzido nos tempos modernos; como o sujeito “humano” – ou seja, o portador de uma identidade humana sem distinções – surge em certos discursos religiosos, se encarna em práticas jurídicas e se constrói diversamente em outras esferas. A compreensão dessa dispersão é a que nos pode nos fazer entender a fragilidade dos mesmos valores “humanistas”, a possibilidade de sua perversão através de sua articulação equivalencial com outros valores e a limitação dos mesmos a certas categorias da população – a classe proprietária, por exemplo, ou a população masculina. Longe de considerar que o homem tem o status de uma essência – acordada, presumivelmente, por um dom do céu -, dita análise pode nos mostrar as condições históricas de sua emergência e as razões presentes de sua vulnerabilidade, permitindo-nos, assim, lutar mais eficazmente, e sem ilusões, em defesa dos valores humanistas¹. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p.134, 135) Tradução livre

Portanto, quando uso (...) o termo “os homossexuais” quero referir-me aos indivíduos adeptos de práticas sexuais com outros do mesmo sexo fisiológico. Igualmente o adjetivo homossexual será empregado como qualificador referente a essa categoria geral, independentemente de como determinados indivíduos possam se conceber ou serem percebidos pela suas sociedades. (MACRAE, 1990, p. 49)

Em consequência, o autor utiliza o termo “Movimento Homossexual” para fazer referência a todos os que estão englobados na ditas “minorias sexuais” - gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Todavia, esta forma de utilização dos termos, não é unívoca entre os sujeitos dos distintos segmentos.

Como sinaliza Facchine (2005, p. 20) em diversos momentos, desde sua constituição, o movimento foi denominado de diferentes formas: MHB – Movimento Homossexual Brasileiro; MGL - Movimento de Gays e Lésbicas; GLT – Gays, Lésbicas e Travestis; GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes; Movimento GLBT - Gays, Lésbicas Bissexuais e Transgêneros, e, por fim, Movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros.

A nosso ver, estas inúmeras mudanças de nomeação refletem o fato de o movimento ainda estar construindo sua identidade. O que não é uma tarefa fácil, perante a multiplicidade dos sujeitos que o compõe.

Atualmente, o termo LGBT² é o que possui maior aceitação dentro do movimento nacional. Considera-se que a utilização da sigla, tem a vantagem de dar visibilidade aos distintos segmentos que possuem identidades e demandas diversas. Vale explicar que quando nos referimos a gays, lésbicas e bissexuais estamos no campo da orientação sexual, já quando nos referimos a travestis e transexuais, adentramos no campo da identidade de gênero.

Taques, utilizando-se das reflexões de Grossi (1998), salienta que:

(...)quando nos referimos a “sexo”, estamos tratando de uma categoria sobre a diferença biológica entre homens e mulheres. “Gênero”, por sua vez, é a construção coletiva daquilo que comumente é tratado por “masculino” e “feminino”. “Identidade de gênero”, por seu turno, nos auxilia para refletirmos sobre o lugar ocupado pelos indivíduos numa dada sociedade, enquanto que “sexualidade” está atrelada às práticas e sentimentos relacionados à atividade sexual. (TAQUES, 2007, p.32)

Neste trabalho o termo “Movimento LGBT” é utilizado para fazer referência à organização social das “minorias sexuais”. Essa escolha decorre do fato de que uma parte dos sujeitos do movimento possui sérias restrições ao termo homossexual, não se identificando com o mesmo. Dessa forma concordamos com Taques quando este diz que “seria uma

² A alteração da sigla GLBT para LGBT foi empreendida com o intuito de dar maior visibilidade ao segmento das lésbicas, que seriam as primeiras militantes homossexuais, tendo surgido dentro do Movimento Feminista.

ingerência muito grande (...) manter 'Movimento Homossexual' quando os próprios sujeitos não convivem tranquilamente com o termo. (TAQUES, 2007, p.34) .

A incorporação da sigla GLBT no Brasil, que posteriormente foi mudada para LGBT, se deu em decorrência da participação de um membro do grupo CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor) de São Paulo, em 1998, em uma conferência da InterPride³, em que se estava discutido a mudança do nome da organização para International Association of Gay, Lesbian, Bisexual and Transgender Pride Organizer a fim de contemplar todas os segmentos existentes no movimento

Em seu retorno, o militante introduziu a sigla dentro do grupo CORSA. Posteriormente, o termo foi utilizado também para dar nome a Parada LGBT realizada pelo movimento em São Paulo, o que fez com que ficasse conhecido, ganhando popularidade em todo o país. (FACCHINE, 2005, p.267).

Após a escolha do termo LGBT, é necessário, ainda, fazer algumas considerações acerca dos sujeitos representados pela sigla: lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros.

Os termos lésbica e lesbianismo são utilizados para fazer referência ao homossexual do sexo feminino⁴. Os dois termos:

(...) constituem uma referência à ilha grega de Lesbos onde, por volta de 600 a.C., viveu a poetisa Safo, que escreveu diversos poemas que cultuavam o amor entre mulheres. Navarro Swain (2000) aponta uma interessante re-interpretação, ou melhor, uma domesticação de Safo, com base na obra de Ovídio, o qual afirma ter ela se matado ao ser desprezada por um homem. Essa narrativa, segundo a autora, foi repetida *ad nauseam*, desde o início da era cristã, e, para ela, essa versão seguramente reforça a imagem e a representação social de que a lésbica o é por ser mal-amada, ou por não ser digna de receber o amor masculino. (CONDE, 2004, p. 41)

Embora a identidades de gays e lésbicas pareçam estar unidas pela questão da orientação sexual, várias especificidades e linhas de ação diferenciam um segmento do outro dentro do Movimento LGBT. Conde (2004, p.47), tendo como referência Almeida Neto, traz para a discussão algumas características das lésbicas que estariam ligadas a diferenciação e distanciamento dos homossexuais do sexo masculino. Estas características estariam ligadas a:

(...) internalização dos atributos de gênero socialmente definidos para o feminino – à parte quaisquer essencialismos ou construtivos absolutos -, a maioria das lésbicas procura associar à prática sexual o compartilhamento emocional, no que se aproxima das lógicas afetivo-sexuais prevaletentes entre as mulheres, independentemente de orientação sexual, e afastam-se das

³ A InterPride é uma organização internacional que promove eventos voltados para o segmento LGBT.

dos homens em geral e das dos gays em particular. (ALMEIDA NETO, 1999, p. 35, apud, CONDE, 2007, p. 47)

MacRae (1990, p. 123) ressalta que gays e lésbicas sempre tiveram problemas desde o início do movimento, principalmente, devido ao machismo que ainda persistia no interior dos grupos e, muitas vezes, colocava as lésbicas em uma situação de dupla discriminação.

Cabe ressaltar que antes do início da década de oitenta a utilização do termo lésbica era visto de forma ofensiva. Neste sentido, uma das primeiras lutas empreendidas por alguns militantes esteve ligada a tentativa de esvaziar o conteúdo pejorativo das palavras “bicha” e “lésbica”, com o intuito de evitar que fossem utilizados termos estrangeiros que não representassem a realidade do movimento no país. Esta luta obteve resultado com a incorporação da denominação “lésbica” no cotidiano do movimento, entretanto, o mesmo não aconteceu com a denominação “bicha”, sendo que aos poucos a denominação “gay” passou a ser utilizada para referenciar os homossexuais do sexo masculino.

A denominação gay é originária dos Estados Unidos e possui uma grande conotação política, sendo utilizada tanto para denominar homossexuais masculinos, quanto para denominar homossexuais femininos e transgêneros, funcionando quase como um sinônimo da palavra homossexual.

Este foi um dos fatores que influenciou a não incorporação deste termo de forma generalizada no Brasil. Aqui, as identidades não eram classificadas de forma tão rígida e muitas das pessoas ligadas ao movimento, ou que mantinham relações sexuais com pessoas do mesmo sexo biológico, não se identificavam como homossexuais.

Tamanha era a rigidez quanto a utilização do termo gay nos Estados Unidos que indivíduos que não mantivessem unicamente relações homossexuais não eram considerados gays, para estes foi criado o termo bissexualidade.

Os termos bissexual e bissexualidade, que também foram adotados no Brasil, representam os indivíduos que mantém relações sexuais tanto com pessoas do seu sexo biológico, quanto com pessoas do sexo biológico oposto. MacRae (1990, p. 143) salienta que a categoria bissexualidade surgiu impregnada de ambigüidades, encontrando bastante resistência e discriminação tanto por parte de homossexuais, quanto de heterossexuais.

Outra categoria que aparece envolta em um mar de ambigüidades é a de transgênero, que foi introduzida no Brasil junto com a sigla GLBT. A categoria transgênero, que também é utilizada internacionalmente, engloba os segmentos de travestis, transexuais e transformistas. (TAQUES, 2007, p. 30)

Os transgêneros são considerados aqueles que, “em seus corpos, vão para a ‘posição além’ daquela de nascimento”, alterando “sua aparência com a utilização de vários meios, que vão desde o uso de maquiagens até as intervenções cirúrgicas”. (TAQUES, 2007, p. 30)

A utilização do termo transgênero também não é algo unânime dentro do movimento LGBT brasileiro. Aquelas que se intitulam como transformistas, ou Drag-Queens, não estão incluídas dentro das articulações do movimento de transgêneros, que também é conhecido como movimento trans e composto apenas por travestis e transexuais. As transformistas seriam os sujeitos que promovem apenas pequenas intervenções em seu corpo, sendo que estas intervenções podem ser facilmente revertidas, além disso, costumam assumir posturas e aparências femininas somente em algumas ocasiões.

No que diz respeito a esta diferenciação entre travestis, transexuais e transformistas dentro do movimento, há um caso que aconteceu este ano e que serve como um bom exemplo para entender a questão. Dentro do movimento “trans” brasileiro havia uma representante bastante antiga e também muito conhecida tanto nacional, quanto internacionalmente. Esta representante autodenominava-se travesti, contudo, costumava vestir-se como mulher somente durante os eventos do movimento e em espaços exclusivamente LGBT. Frequentemente a representante chegava aos encontros caracterizada de acordo com o gênero masculino, adotava trajes femininos durante o evento e no último dia de discussões voltava novamente a se caracterizar de forma masculina, sendo que todos os seus atributos femininos (cabelo, unhas, seios, entre outros) eram postiços. Essa situação acabou gerando certo mal-estar dentro do Movimento. Muitas militantes alegavam que, ao ir para a rua se portando de maneira masculina, a representante não estaria sujeita às mesmas agressões e adversidades a que estavam sujeitas as travestis e transexuais que adotavam permanentemente as características do gênero feminino. Além disso, argumentavam que no Brasil eram consideradas travestis e transexuais somente as pessoas do sexo biológico masculino que adotavam permanentemente as características do gênero feminino. Dentro deste quadro começou-se a questionar se ela possuía legitimidade para exercer o importante papel de representante, visto que assumia sua identidade “trans” somente em alguns momentos. Depois de muita discussão, a representante acabou sendo afastada de seu cargo regional, pois, chegou-se a conclusão que ela não vivenciava plenamente a realidade das travestis e transexuais, faltando-lhe elementos para fazer uma representação adequada.

Não cabe defender aqui uma parte ou outra, pois esta é uma característica bastante marcada no movimento brasileiro. A própria representante em questão justificava sua presença no fato de se considerar uma travesti e não uma transformista.

Esta é uma das ambigüidades que faz com que o termo transgênero não seja completamente aceito, sendo que muitas instituições acabam por adotar a sigla LGBTT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ao invés de LGBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

Sendo assim, mesmo utilizando a sigla LGBT, quando formos nos referir ao Movimento “Trans”, utilizaremos os termos travestis e transexuais, ao invés de transgênero, pois acreditamos que desta forma nos aproximamos mais da realidade do movimento no Brasil. O termo “trans” também será utilizado para fazer menção as travestis e transexuais.

A categoria travesti faz referência aos sujeitos de sexo biológico masculino que assumem permanentemente a aparência e a postura do gênero feminino. Essa denominação não é dada às mulheres hipervirilizadas que são consideradas tanto pela sociedade, quanto pelo Movimento LGBT, como lésbicas e não travestis.

Sendo assim quando nos referirmos a travestis neste trabalho estaremos falando das pessoas que possuem um sexo biológico masculino, porém, adotam postura e aparência do gênero feminino. (CONDE, 2004, p. 50)

As travestis se caracterizam por submeterem-se a tratamentos hormonais e a implantes e injeções de silicones a fim de obter características que são atribuídas ao gênero feminino. Contudo, seu órgão sexual biológico não lhes causa constrangimento ou sentimento de inadequação, ao contrário, é usado como fonte de prazer. (CONDE, 2004, p. 49)

As travestis constroem seus corpos e suas vidas em busca de um feminino, ou de algo que elas chamam de feminino. [...] De fato, a maior parte não se iguala às mulheres, nem tampouco deseja fazê-lo. [...] o feminino das travestis é um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre estes pólos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica destes ingredientes do gênero. (BENEDETTI, 2002, p. 141, apud TAQUES, 2007, p. 31)

Outro fato interessante sobre as travestis é que, apesar de grande parte se relacionar unicamente com homens, esta não é uma regra. Há muitas que mantêm relações bissexuais e outras tantas que se relacionam unicamente com mulheres.

Uma questão importante a ser salientada diz respeito ao fato de travestis e transexuais que se relacionam somente com homens reivindicarem para si, bem como para seus parceiros, o caráter de heterossexuais, pois se trataria de uma pessoa do gênero feminino se relacionando

com uma pessoa do gênero masculino. Dentro deste quadro, as travestis e transexuais que se relacionam com mulheres, bem como suas parceiras, seriam homossexuais ou lésbicas. Estas posições são defendidas de maneira mais enfática pelas representantes do Movimento Trans e também não representam uma posição unânime como veremos a seguir.

Outro fato interessante é que questões como estas levaram a criação da categoria de HSH pelos órgãos da saúde nas suas diversas campanhas. O HSH é o homem que faz sexo com outro homem, mas não se considera homossexual.

Como já dissemos acima, estas múltiplas visões sobre o que é ser homossexual e sobre o que é ser heterossexual foi uma das causas mais importantes que nos levaram a escolher o termo Movimento LGBT ao invés de Movimento Homossexual.

As transexuais, embora se aproximem das travestis por compartilharem com estas a mesma vontade de adquirir aparências e posturas femininas, se diferenciam por sentir um grande sentimento de inadequação em relação ao seu sexo biológico. Para elas:

(...)o pênis, a barba, o pomo de adão significam um estorvo – é como se essas características do sexo masculino aprisionassem, em um corpo inadequado, uma alma feminina. (...) Para a transexual, a sua permanente sensação de inadequação é dramática. Ela pode levá-la à persistente idéia de suicídio ou ao desejo de provocar a mutilação do órgão sexual de nascimento. (CONDE, 2004, p. 52)

Neste contexto é interessante apresentar uma citação de Benedetti que busca explicitar as diferenças entre transexuais e travestis:

É importante perceber que, enquanto as autodefinições das travestis baseiam-se em critérios e características de gênero ambíguas, fluidas – como, por exemplo, a não fixidez de papéis sexuais ativos e passivos em suas sexualidades –, as representações construídas pelas transexuais sobre sua condição afirmam um modelo de gênero definido, rígido, em que a separação entre o masculino e o feminino está nitidamente marcada. As transexuais negam qualquer potencial erótico do órgão genital masculino; elas não aceitam utilizar o pênis para o prazer porque, em sua visão, as mulheres não têm pênis, por isso desejam tanto a cirurgia de transgenitalização. As transexuais parecem negar, em suas explicações e justificativas, a ambigüidade, a principal característica que constrói e define as travestis. (BENEDETTI, 2002, p. 144, apud CONDE, 2004, p. 53)

Tanto as transexuais, quanto as travestis, fazem parte de uma categoria patologizada, ocupando no Código Internacional de Doenças o número CID-10 – F.64. 0, referente a distúrbio de identidade de gênero/ transtornos da identidade sexual. “De acordo com a Sociedade Paulista de Psiquiatria Clínica (SPPC), considera-se portador de transtorno de identidade de gênero o indivíduo que tem profunda e persistente identificação com o gênero oposto, isto é, deseja ser ou afirma que é do gênero oposto”. (CONDE, 2004, p. 52)

Uma questão interessante sobre este tema é que enquanto gays, lésbicas e bissexuais ergueram bandeiras para deixarem de ser considerados portadores de transtorno ou desvio sexual, as transexuais e as travestis lutam para que o poder público reconheça o transtorno do qual são portadoras, o que lhes dá a garantia de acesso à rede pública de saúde, tanto para tratamento hormonal quanto para cirurgia de redesignação de sexo.

A luta das transexuais também se estende para o poder judiciário, na busca de assegurar o direito de obter a troca de nome e a adequação de toda documentação anterior à troca.

Entre os segmentos LGBT, as travestis e transexuais são as maiores vítimas de violência, discriminação e preconceito.

2.2. Apresentando o Pressuposto de Análise Escolhido

Utilizaremos como fio condutor de nossa análise as propostas (reflexões) que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe empreendem no campo da análise social tendo em vista a articulação de novas lutas que emergem no seio da sociedade.

(...) lo que ha sido crecientemente cuestionado es toda una forma de concebir al socialismo y as las vías que habrán de conducir a el; y este cuestionamiento ha realimentado un pensamiento crítico, corrosivo pero necesario, acerca de los fundamentos teóricos y políticos que habían constituido tradicionalmente el horizonte intelectual de la izquierda. Un conjunto de fenómenos nuevos y positivos está también en la de aquellas transformaciones que hacen imperiosa la tarea de requestionamiento teórico: el surgimiento del nuevo feminismo; los movimientos contestatarios de las minorías étnicas, nacionales y sexuales, las luchas ecológicas e antiinstitucionales, así como las de las poblaciones marginales, el movimiento antinuclear; las formas atípicas que han acompañado a las luchas sociales en los países de la periferia capitalista, implican la extensión de la conflictividad social a una amplia variedad de terrenos que crea el potencial – pero solo el potencial – para el avance hacia sociedades mas libres, democráticas e igualitarias⁵. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 1)

⁵ (...) O que tem sido crescentemente questionado é toda uma forma de conceber ao socialismo e as vias que haverão de conduzir a ele; e este questionamento tem realimentado um pensamento crítico, corrosivo pero necessário, acerca dos fundamentos teóricos e políticos que havia constituído tradicionalmente o horizonte intelectual da esquerda. Um conjunto de fenômenos novos e positivos está também naquelas transformações que fazem imperiosa a tarefa de requestionamento teórico: o surgimento do novo feminismo; os movimentos contestatórios das minorias étnicas, nacionais e sexuais, as lutas ecológicas e anti-institucionais, assim como as das populações marginais, o movimento anti-nuclear; as formas atípicas que tem acompanhado as lutas sociais nos países da periferia capitalista, implicam a extensão do conflito social à uma ampla variedade de terrenos que criam o potencial – porém somente o potencial – para o avanço para sociedades mais livres, democráticas e igualitárias⁵. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 1) Tradução livre.

Laclau e Mouffe estudam o surgimento destes movimentos, bem como seu desenvolvimento, a luz do conceito de hegemonia.

Os autores defendem que a prática social deve ser compreendida como uma articulação entre elementos diversos e dotados de existências separadas. Dentro deste esquema, a articulação não deve ser considerada como um complexo pronto, algo dado a priori, mas sim como uma prática que pode variar de acordo com as diferentes circunstâncias, podendo chegar ao ponto de alterar a própria constituição dos elementos. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 103)

Devido ao caráter mutável dos elementos que compõem as práticas sociais, Laclau e Mouffe estabelecem uma relação direta entre articulação e discursividade. Para os autores, é justamente porque as relações sociais são construídas discursivamente, que se abre o espaço para que as contradições sejam possíveis:

Si la clásica noción de “objeto real” excluye la posibilidad de la contradicción, el carácter discursivo de lo social pasa a hacerla posible, ya que puede existir una relación de contradicción entre dos objetos de discurso⁶. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p 126)

Neste sentido, a intenção dos autores é nos levar a compreensão de que só podemos considerar o social como articulação na medida em que entendemos que ele não possui uma essência, ou seja, as necessidades sociais jamais poderão ser consideradas naturais, mas sim como a expressão das identidades que compõe o social, o que conseqüentemente, confere-lhe um caráter puramente relacional. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 131)

A compreensão do caráter aberto e incompleto de toda identidade social, levar-nos-á um outro ponto muito importante na teorização de Laclau e Mouffe: a impossibilidade da existência de algum sujeito que possa ser visto como transcendental ou originário.

A categoria sujeito deve ser compreendida como uma “posição de sujeito” existente no interior de certa estrutura discursiva. Por ser parte desta estrutura discursiva, a categoria sujeito também aparece marcada por um caráter aberto. Conseqüentemente, as posições de sujeito jamais poderão ser completamente fixadas, existindo sempre um espaço para sobre-determinação de umas sobre as outras. (LACLAU. MOUFFE, 1987, 133)

Esse movimento contínuo de diferenças, que podemos verificar através da prática articulatória e das posições de sujeito, nos remete a mais uma categoria chave do trabalho de Laclau e Mouffe (1987, p. 141): a categoria de antagonismo.

⁶ “Se a clássica noção de ‘objeto real’ exclui a possibilidade da contradição, o caráter discursivo do social passa a fazer-la possível já que pode existir uma relação de contradição entre dois objetos do discurso”. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 126) – Tradução livre.

Para os autores o antagonismo não deve ser entendido como uma oposição real surgindo da impossibilidade de constituição de identidades plenas:

La presencia del “otro” me impide ser totalmente yo mismo.(...) La presencia del otro no es una imposibilidad lógica, ya que existe - es decir, no es una contradicción; pero tampoco es subsumible como momento diferencial positivo en una cadena causal, ya que en ese caso la relación estaría dada por lo que cada fuerza es, y no habría negación de ese ser. (...) En la medida que hay antagonismo yo no puedo ser una presencia plena para mí mismo. Pero tampoco lo es la fuerza que me antagoniza: su ser objetivo es un símbolo de mi no ser y, deste modo, es desbordado por una pluralidad de sentidos que impide fijarlo como positividad plena⁷. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 145)

Qualquer posição em um sistema de diferenças pode constituir-se em um ponto de antagonismo, havendo uma multiplicidade de possíveis antagonismos no campo do social.

Dentro deste tema, o que precisamos enfatizar é que o campo geral de emergência de uma hegemonia é o das práticas articulatórias, contudo, para falar de hegemonia, não é suficiente o momento articulatório; é necessário, também, a existência de um enfrentamento com práticas articulatórias antagônicas.

Posicionando-se de forma contrária as primeiras teorizações sobre a categoria da hegemonia, que designavam um caráter estático a todos os elementos sociais e fixavam um vínculo indissolúvel entre as tarefas hegemônicas e a classe que se supunha ser sua agente natural, Mouffe e Laclau (1987, p. 155) defendem que os laços entre a tarefa e a classe que a hegemoniza são meramente factuais ou contingentes.

Desta forma, o que desejamos salientar com a problemática apresentada até aqui, é o fato de não existir nada inevitável ou natural nas distintas lutas contra o poder; sendo necessário explicar em cada caso, as razões de sua emergência e os diversos modos que as mesmas podem adotar.

Somente em determinadas circunstâncias as resistências conseguem adotar um caráter político, constituindo-se em lutas encaminhadas a colocar fim às relações de subordinação. Se no decorrer dos séculos erigiram formas diversas de resistência ao padrão social das relações sexuais, foi somente sob certas condições que pôde nascer um movimento homossexual. Cabe ressaltar que, ao falarmos em caráter político, não estamos nos referindo unicamente ao nível

⁷ A presença do “outro” me impede ser totalmente eu mesmo. (...) A presença do outro não é uma impossibilidade lógica, já que existe - ou seja, não é uma contradição; porém tampouco é subsumível como momento diferencial positivo em uma cadeia causal, já que em esse caso a relação estaria dada pelo que cada força é, e não haveria negação desse ser. (...) Na medida em que há antagonismo eu não posso ser uma presença plena para mim mesmo. Porém tampouco o é a força que me antagoniza: seu ser objetivo é um símbolo de meu não ser e, deste modo, é desbordado por uma pluralidade de sentidos que impede fixar-lo como positividade plena⁷. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 145) Tradução livre.

dos partidos e do Estado, mas, a um tipo de ação cujo objetivo é a transformação de uma relação social em que determinados sujeitos estão subordinados a outros. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 171)

Para esclarecermos as condições em que uma relação de subordinação passa a ser uma relação de opressão é válido citar a seguinte passagem:

Entenderemos por relación de subordinación aquella en la que un agente está sometido a las decisiones de otro – un empleado respecto a un empleador, por ejemplo, en ciertas formas de organización familiar, la mujer respecto al hombre, etc.-. Llamaremos, en cambio, relaciones de opresión a aquellas relaciones de subordinación que se han transformado en sedes de antagonismo. Finalmente, llamaremos relaciones de dominación al conjunto de aquellas relaciones de subordinación que son consideradas ilegítimas desde a perspectiva o el juicio de un agente social exterior a las mismas - y que pueden, por tanto, coincidir o no con las relaciones de opresión actualmente existentes en una formación social determinada. El problema es, por tanto, explicar como a partir de las relaciones de subordinación se constituyen las relaciones de opresión⁸. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 172)

A mobilização e choque entre distintas posições de sujeito, condição necessária para a emergência de um antagonismo, pode se apresentar de duas formas distintas. A primeira diz respeito às relações de subordinação já existentes que, devido a uma transformação do ideário democrático, passam a ser rearticuladas como relações de opressão. Este é o caso do movimento LGBT, do movimento feminista e do movimento negro. A segunda se da, quando direitos já adquiridos e consolidados são postos em questão ou quando relações sociais que não haviam sido construídas sob a forma da subordinação, começam a ser sob o efeito de certas transformações sociais. Em ambos os casos, o que permite as resistências a assumir o caráter de lutas coletivas é a existência de um exterior discursivo, que impede que a subordinação seja caracterizada como simples diferença (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 178, 179)

Dentro destes campos os movimentos que surgem caracterizados como “novos movimentos sociais”⁹ são formados por uma série de lutas bastante diversas: urbanas, ecológicas, anti-autoritárias, feministas, raciais, de minorias étnicas, sexuais, entre outras. O

⁸ Entenderemos por relação de subordinação aquela na qual um agente está submetido as decisões de outro – um empregado em relação a um empregador, por exemplo, em certas formas de organização familiar, a mulher e, relação ao homem, etc.-. Chamaremos, em troca, relações de opressão àquelas relações de subordinação transformadas em sedes de antagonismo. Finalmente, chamaremos relações de dominação ao conjunto daquelas relações de subordinação que são consideradas ilegítimas desde a perspectiva ou o juízo de um agente social exterior as mesmas - y que podem, por tanto, coincidir ou não com as relações de opressão atualmente existentes em uma formação social determinada. O problema é, por tanto, explicar como a partir das relações de subordinação se constituem as relações de opressão⁸. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 172) Tradução livre.

⁹ Apesar da sua utilização, o termo “novos movimentos sociais” é considerado pelos autores como pouco satisfatório, pois se tratam de lutas muito diferentes, resultando em uma agrupação, por vezes, bastante arbitrária.

que há de comum entre estes movimentos é sua diferenciação no que diz respeito à luta tradicional dos trabalhadores. Contudo, o mais importante a ser salientado neste momento é a inovação que surge com estes novos movimentos que têm o poder de articular uma rápida difusão do conflito social para relações cada vez mais numerosas. (LACLAU. MOUFFE, 1989, p. 179, 180)

O período posterior a Segunda Grande Guerra, marcado entre outras coisas pelo Welfare State keynesiano, aparece como um marco de mudança ao nível das relações sociais com a consolidação de uma nova formação hegemônica. Esta nova formação articulou diversas mudanças ao nível do processo de trabalho, do poder do Estado e dos modos de difusão cultural dominante que acabaram transformando profundamente as formas sociais existentes. Do ponto de vista econômico, pode-se dizer que se tratou de uma transição de um regime extensivo a um regime intensivo de acumulação, que se caracterizou pela extensão das relações capitalistas de produção ao conjunto das relações sociais, e a subordinação destas últimas à lógica da produção para o benefício. Hoje o que podemos verificar é que não há praticamente nenhum domínio da vida individual e coletiva que possa escapar às relações capitalistas. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p.180)

Esta nova organização teve como consequência um grande aumento do desemprego e uma crescente pauperização das classes médias, o que acabou desarticulando a organização trabalhista. Entretanto, por outro lado, a ascensão desta nova sociedade possibilitou, também, o surgimento de outras lutas contra as novas formas de subordinação, entre estas estão as já citadas lutas feministas, raciais, ecológicas, urbanas, entre outras.

O que queremos defender neste ponto é que a propagação destes antagonismos, com o questionamento das diversas relações de subordinação, surge como um importante momento de aprofundamento da revolução democrática.

A proliferação dos novos antagonismos e dos “novos direitos” está conduzindo a uma crise da formação hegemônica do pós-guerra, porém a forma de superação desta crise está longe de estar pré-determinada, já que o modo como os direitos vão ser definidos e as formas que vão adotar as lutas contra a subordinação, não estão estabelecidas de maneira unívoca, sendo que cada uma destas lutas existem sob várias formas:

El feminismo o la ecología, por ejemplo, existen bajo múltiples formas, que dependen del modo en que el antagonismo es discursivamente constituido. Tenemos así un feminismo radical que ataca al hombre en cuanto tal; un feminismo de la diferencia, que intenta revalorizar la “feminidad”; un feminismo marxista para el cual el enemigo fundamental es el capitalismo considerado como indisolublemente unido al patriarcado. Hay, por tanto, una pluralidad de formas discursivas de construir un antagonismo a partir de los

diversos modos de subordinação de la mujer. La ecología, del mismo modo, puede ser anticapitalista, anti-industrial, autoritaria, libertaria, socialista, reaccionaria¹⁰. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p 189)

Desta forma, precisamos sublinhar que as formas de articulação de um antagonismo, não se encontram nunca pré-determinadas, sendo sempre resultado de uma luta hegemônica. Com isto, os autores também estão afirmando que estas novas lutas possuem um caráter progressivo, situando-se espontaneamente no campo de uma política de esquerda.

Dentro do que estamos discutindo, uma outra questão muito interessante surge para o debate. É possível vislumbrar que a partir dos anos de 1970, muitos pensadores se colocaram em busca de um novo sujeito revolucionário que pudesse tomar o lugar da classe obreira, que não havia alcançado o sucesso em sua missão histórica de emancipação. Contudo esta perspectiva não escapava de forma alguma da problemática tradicional somente mudando-a de lugar.

O ponto alto desta constatação é que não pode existir no campo social uma única posição privilegiada, a partir da qual se desenvolveria uma sequência de ações que transformariam a sociedade como um todo.

Todas las luchas, tanto obreras como de los otros sujetos políticos tienen, libradas a sí mismas, un carácter parcial, y pueden ser articuladas en discursos muy diferentes. Es esta articulación la que les da su carácter, no el lugar de que ellas provienen. No hay por tanto ningún sujeto –ni, por lo demás, ninguna “necesidad” – absolutamente radical y irrecuperable por el orden dominante, y que constituya el punto absolutamente asegurado a partir del cual pudiera implementarse una transformación social¹¹. (LACLAU. MOUFFE, 1989, p. 190)

Esta habilidade de adquirir novos sentidos e formas é o que faz com que o sentido do antagonismo dependa sempre de uma articulação hegemônica. As práticas hegemônicas existem justamente porque a não fixação de posições e necessidades impede o

¹⁰ O feminismo ou a ecologia, por exemplo, existem sob múltiplas formas, que defendem do modo em que o antagonismo é discursivamente constituído. Temos assim um feminismo radical que ataca ao homem em quanto tal; um feminismo da diferença, que busca revalorizar a “feminilidade”; um feminismo marxista para o qual o inimigo fundamental é o capitalismo considerado como indissolúvelmente unido ao patriarcado. Há, por tanto, uma pluralidade de formas discursivas de construir um antagonismo a partir dos diversos modos de subordinação da mulher. A ecologia, do mesmo modo, pode ser anticapitalista, anti-industrial, autoritária, libertaria, socialista, reacionária¹⁰. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p 189) Tradução livre

¹¹ Todas as lutas, tanto obreiras como dos outros sujeitos políticos têm, deixadas a si mesmas, um caráter parcial, e podem ser articuladas em discursos muito diferentes. É esta articulação a que lhes dá seu caráter, não e lugar de do qual ela provém. Não ha por tanto nenhum sujeito – tampouco, nenhuma “necessidade” – absolutamente radical e irrecuperável pela ordem dominante, e que constitua o ponto absolutamente assegurado a partir do qual fosse possível se implementar uma transformação social¹¹. (LACLAU. MOUFFE, 1989, p. 190) Tradução livre.

estabelecimento de uma luta política como um jogo em que a identidade das forças está constituída desde o início. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 191,192)

Ao abandonarmos a consideração de que existem pontos privilegiados de desencadeamento de uma prática política emancipatória, queremos também afirmar que a constituição de uma alternativa hegemônica de esquerda somente pode surgir de um complexo processo de construção política, que precisa necessariamente englobar as diferentes articulações hegemônicas construídas nos diversos pontos da realidade social.

Laclau e Mouffe (1989, p. 198) destacam que a inquestionável ressonância política adquirida pelas idéias neoliberais se deve a sua capacidade de articular as resistências á crescente burocratização das relações sociais. Dessa forma, o novo conservadorismo pôs ao chão a política do Welfare State através de um discurso de defesa das liberdades individuais frente ao Estado opressor.

(...) para que una filosofía pueda llegar a ser “ideología orgánica”, es necesario que existan ciertas analogías entre el tipo de sujeto que ella construye y las posiciones de sujeto que se constituyen al nivel de las otras relaciones sociales. Si el tema de la libertad individual puede actualmente ser movilizado de manera tan efectiva, es porque, pese a su articulación con el imaginario democrático, el liberalismo ha continuado teniendo como matriz de producción del individuo lo que Macpherson ha llamado “individualismo posesivo”. Este último construye los derechos de los individuos como existiendo anteriormente a la sociedad, y a menudo en oposición a ella¹². (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 197)

Na medida em que sujeitos cada vez mais numerosos passam a reivindicar seus direitos no quadro da revolução democrática, torna-se inevitável o rompimento da matriz do individualismo possessivo, afinal, os direitos de alguns passam a colidir com os direitos de outros.

É neste contexto de crise do liberalismo democrático que precisamos localizar as forças organizadas que buscam minar o ideário democrático formulado no pós-guerra.

Pero tal esfuerzo por restringir el terreno de la lucha democrática y mantener las desigualdades existentes en numerosas relaciones sociales, exige la defensa de un principio jerárquico y anti-igualitario que había sido puesto en peligro por el mismo liberalismo. Esta es la razón por la cual los liberales, actualmente, recurren cada vez más a un conjunto de temas de la filosofía conservadora, en la que encuentran los ingredientes necesarios para

¹² Porém para que uma filosofia possa chegar a ser “ideologia orgânica”, é necessário que existam certas analogias entre o tipo de sujeito que constrói e as posições de sujeito que se constituem ao nível das outras relações sociais. Se o tema da liberdade individual pode atualmente ser mobilizado de maneira tão efetiva, é porque, pese a sua articulação com o imaginário democrático o liberalismo continua tendo como matriz de produção do indivíduo o que Macpherson chamou “individualismo possessivo. Este último constrói os direitos dos indivíduos como existindo anteriormente a sociedade, e em oposição a ela. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 197) - Tradução livre.

justificar la desigualdad. Estamos sí asistiendo a la emergencia de un nuevo proyecto hegemónico, el del discurso liberal-conservador, que intenta articular la defensa neoliberal de la economía de libre mercado con el tradicionalismo cultural y social profundamente anti-igualitario y autoritario del conservadurismo¹³. (LACLAU. MOUFFE, 1987, p. 198)

Frente a este projeto, a alternativa da esquerda deve localizar-se no campo da revolução democrática e na busca pela interação entre as diversas lutas contra a opressão. Esta perspectiva não advoga pelo rompimento da ideologia liberal-democrática, contrariamente busca aprofundar o momento democrático da mesma, estimulando o rompimento da articulação entre liberalismo e individualismo possessivo.

Nossa opinião, em concordância com a opinião de Laclau e Mouffe, é de que a tarefa da esquerda não deve consistir em renegar a ideologia liberal-democrática, mas sim, em expandi-la em direção de uma democracia radicalizada e plural. A defesa dos autores é justamente pela extensão do campo das lutas democráticas ao conjunto da sociedade civil e do Estado, onde reside a possibilidade de uma estratégia hegemônica da esquerda.

As reflexões empreendidas até o presente momento cumpriram o papel de apresentar os sujeitos que compõem o movimento e os direcionantes de nossa reflexão. Ao apresentarmos os pressupostos para a discussão, colocamo-nos em um campo onde o social é considerado como algo aberto e as relações vão se estabelecendo no decorrer do próprio caminho, não existindo nada pronto ou imutável.

O capítulo que segue tem o objetivo de apresentar um pouco da história do movimento LGBT brasileiro mostrando como se constituíram as relações e antagonismos que permearam este processo.

¹³ Porém tal esforço por restringir o terreno da luta democrática e manter as desigualdade existentes em numerosas relações sociais, exige a defesa de um princípio hierárquico e antiigualitário que havia sido posto em perigo pelo mesmo liberalismo. Esta é a razão pela qual os liberais atualmente, recorrem cada vez mais a um conjunto de temas da filosofia conservadora, na qual encontram os ingredientes necessários para justificar a desigualdade. Estamos assim assistindo a emergência de um novo projeto hegemônico, o do discurso liberal conservador, que tenta articular a defesa neoliberal da economia de livre mercado com o tradicionalismo cultural e social profundamente anti-igualitário e autoritário do conservadorismo. (LACLAU. MOUFFE., 1989, p. 198) - Tradução livre

3. CONSTRUÇÃO DO MOVIMENTO LGBT BRASILEIRO

Como já havíamos citado anteriormente, quando falamos de Movimento LGBT no Brasil, uma das primeiras questões que emerge na discussão é a desarticulação de que muitas vezes parece padecer o movimento. Entretanto, este é um fato que não pode ser pensado isoladamente. A questão da diferenciação entre os sujeitos dos distintos segmentos esteve presente durante todo o processo de constituição do Movimento LGBT no Brasil, estando diretamente ligada a construção da própria identidade dos sujeitos. MaCRae (1990, p. 130) assinala que antes de discutir sobre a homossexualidade, os primeiros militantes que surgiram no fim dos anos de 1970 precisaram aprender o que era ser homossexual.

Este processo de construção identitária foi longo e por vezes muito doloroso. Os sujeitos que decidiram se envolver na edificação daquele novo movimento de luta precisaram adotar novas posturas perante a sociedade, aos seus familiares, aos colegas do movimento e a si mesmos. Além disso, é muito importante ressaltar que a identidade sexual é apenas uma das múltiplas questões que compõem a identidade dos seres, sendo assim, as novas experiências foram vivenciadas de maneiras distintas entre os diversos sujeitos imersos naquele processo.

O findar dos anos de 1970 foi época fértil no Brasil para o surgimento de novas formas de mobilização social; a população brasileira estava vivenciando os últimos anos da Ditadura Militar iniciada com o Golpe de 1964. Neste contexto, a sociedade civil encontrou espaço para ressurgir politicamente fazendo com que a época em questão se transformasse em palco para importantes manifestações de protesto por parte de trabalhadores, intelectuais, estudantes, entre outros.

As diversas greves e mobilizações de trabalhadores demonstravam o poder alcançado pelo operariado. Entretanto, ao mesmo tempo em que havia condições sociais e políticas para o fortalecimento dos chamados movimentos tradicionais, novas formas de contestação foram afetadas pelo espírito de inovação da época. Os difíceis e longos anos da ditadura promoveram uma crise na intelectualidade brasileira, levando-a a inquietação e a dúvida a respeito das concepções políticas tradicionais.

Entre estes novos movimentos, o Movimento Feminista e o Movimento Negro ocuparam lugar de destaque, influenciando diretamente os mais diversos grupos que vieram a se constituir posteriormente.

O surgimento destes dois movimentos inseriu na pauta de debates políticos a necessidade de se abrir espaço para discussões acerca da temática identitária, fugindo do

esquema classista que até que até então era considerado essencial no campo da mobilização política.

Esta abertura foi o que possibilitou, posteriormente, uma mudança na forma como a homossexualidade interagiu com os outros valores da sociedade. Dentro dos grupos de militância política tradicional começaram a surgir indivíduos que se identificavam publicamente como homossexuais e que lutavam pela construção de novos espaços para reflexão sobre a temática da homossexualidade.

O surgimento de grupos LGBT¹⁴ de cunho político-organizativo teve impulso no Brasil a partir de 1978¹⁵, sendo considerado como marco de origem do Movimento LGBT no Brasil o nascimento do grupo *Somos* em 1979. Em decorrência a trajetória deste grupo será utilizada, neste trabalho, para delinear a própria trajetória do movimento brasileiro em seus primeiros anos. (MACRAE, 1990, p. 95)

Em abril de 1978 um incidente diplomático durante um evento foi o responsável por “lançar à terra” as sementes que resultariam no nascimento do grupo *Somos*. Este evento, organizado pela revista *Versus*¹⁶, tinha como intuito a elaboração de uma plataforma para a fundação de um Partido Socialista, estando previstos, entre outros temas, a discussão de questões referentes a anistia, a constituinte, a imprensa e as liberdades sindicais, entre outros. Contudo, no espaço reservado à discussão sobre a imprensa, foi vetada a presença de um jornal recém-criado que trabalhava com temáticas referentes a homossexualidade. Descobriu-se mais tarde que o veto decorreu do fato de a organização do evento não achar interessante a participação de porta vozes da causa homossexual. (MACRAE, 1990, p.90)

Este episódio teve a importância de suscitar a primeira grande discussão pública acerca dos aspectos políticos da homossexualidade. Em decorrência, alguns homossexuais presentes no evento resolveram formar um grupo que pudesse se envolver com questões daquela natureza. As reuniões tiveram início um mês após o evento, contando com a presença de, em média, quinze pessoas. A composição do grupo era exclusivamente masculina e a primeira tarefa realizada foi a de determinar quais atividades deveriam ser empreendidas. (MACRAE, 1990, p.101)

¹⁴ Cabe ressaltar que nesta época os grupos ainda eram denominados como grupos homossexuais.

¹⁵ MacRae (1990, p. 95) assinala que nessa época a formação de grupos LGBT não era novidade no Brasil, contudo, as festas, concursos e produção de jornaizinhos possuíam um outro objetivo: a diversão dos indivíduos participantes, sendo que os aspectos críticos se limitavam a uma bem humorada paródia dos acontecimentos mundanos da alta sociedade.

¹⁶ Na época a revista *Versus* era controlada por uma organização trotskista chamada Convergência Socialista.

A primeira ação do grupo se deu através da construção de uma carta que foi endereçada ao Sindicato dos Jornalistas. Para esta ocasião o grupo se autodenominou de *Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais*. Pouco tempo depois, o grupo acabou adotando o nome de *Somos – Grupo de Afirmação Homossexual*, aparecendo pela primeira vez em público em um debate realizado na USP em fevereiro de 1979. (FACCHINE, 2004, p.95)

Essa semana de debates caracterizou-se como um espaço de grande polêmica entre os integrantes dos diversos grupos ditos “minoritários” e os representantes das organizações socialistas ortodoxas. Para o Movimento LGBT, a participação se mostrou bastante positiva, pois desencadeou a formação de dois novos grupos além do *Somos*; um, composto por estudantes da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que depois veio a se consolidar como grupo *Eros*; outro, composto por um grupo de estudantes de Guarulhos, que posteriormente tornou-se o grupo *Libertos*. (FACCHINE, 2004, p.95)

Pouco tempo depois, os vários grupos homossexuais paulistas reuniram-se novamente para debater a formação de um organismo que englobasse todos os grupos. Este organismo foi denominado *Núcleo de Proteção aos Direitos Homossexuais*. Entretanto, uma crescente e inconciliável incompatibilidade entre os grupos fez com que a vida do núcleo fosse bastante curta. (MACRAE, 1990, p.103)

MacRae (1990, p.114) afirma que episódios como este foram frequentes nos primeiros anos do movimento, o que evidenciava a forte tendência que os grupos tinham em dirigir uma grande carga de agressividade contra colegas que atuavam na mesma área.

Também eram tratados com igual agressividade os sujeitos que circulavam unicamente pelo chamado “gueto homossexual”. Os grupos, formados majoritariamente por homens brancos de classe média, recusavam-se a reconhecer a natureza altamente heterogênea da população homossexual, concebendo-se como sendo os únicos defensores legítimos dos interesses homossexuais. (MACRAE, 1990, p.114)

Esta era uma característica muito forte no movimento, sendo frequentes, também, os problemas entre gays e lésbicas, homossexuais brancos e homossexuais negros dentro de um mesmo grupo.

Contudo, o lugar de maior desprezo dentro do movimento era destinado às travestis e às transexuais, desprezo que também era compartilhado pelas militantes do Movimento Feminista. As travestis eram acusadas de reforçar os tradicionais papéis de gênero, sendo consideradas apolíticas e frívolas.

Desta forma, o espaço de articulação do *Somos* não aparecia como um espaço aberto para a participação de travestis e transexuais. Da mesma forma, não havia espaço para a representação do segmento de bissexuais, que eram considerados simplesmente como homossexuais que, por falta de coragem de se assumirem plenamente enquanto homossexuais, usariam relacionamentos heterossexuais como disfarce.

O número de mulheres dentro do grupo era bem menor que o número de homens, sendo que era possível observar duas tendências antagônicas nas relações entre ambos: de um lado, a tentativa de um igualitarismo apoiado em uma prática comunitarista que negava qualquer heterogeneidade surgida dentro do grupo; do outro, a distinção exacerbada entre o sexo feminino e masculino, que acabava por levar os sujeitos a se manterem afastados. Em consequência, as mulheres do *Somos* passaram a adotar uma postura autonomista, a exemplo das feministas em relação aos partidos e a outros tipos de agrupamentos. As lésbicas argumentavam que era impossível para as mulheres tomarem consciência de suas necessidades específicas dentro de grupos mistos. As militantes do *Somos* denunciavam as expressões de machismo que existiam dentro do grupo, reclamando que suas necessidades eram constantemente ignoradas. (MACRAE, 1990, p. 140)

Um fato importante que serviu como unificador dos segmentos (gays, lésbicas, travestis e transexuais), além de outros movimentos e entidades, foi a mobilização realizada contra uma ação da polícia, denominada *Operação Rondão*, que visava eliminar todos os frequentadores noturnos do centro de São Paulo. (MACRAE, 1990, p. 145)

Esta mobilização contra a *Operação Rondão* também contou com o apoio do jornal *Lampião da Esquina*, que cumpriu um importante papel na construção do Movimento LGBT brasileiro, abrindo espaço para os diversos segmentos e, fomentando a criação de novas alianças com movimentos sociais de outras áreas.

A idéia da criação do jornal surgiu no ano de 1977, durante a visita ao Brasil do editor da revista *Gay Sunshine*, uma publicação norte-americana dirigida a homossexuais. (MACRAE, 1990, p.71)

Dentro da temática homossexual, o *Lampião* foi o jornal que mais ficou conhecido do público¹⁷ e, em termos de qualidade, pode ser colocado ao lado dos demais jornais oposicionistas que existiam na época. Contudo, como salienta MacRae (1990, p. 71), o *Lampião* apresentava um maior poder de transgressão, pois estava voltado para uma população que até então era considerada fútil e apolítica.

¹⁷ Nesta época já haviam surgido outras publicações na mesma linha sendo que durante a década de 1960 e início dos anos de 1970 chegaram a circular no Brasil 27 publicações gays (MacRae, 1990)

Durante seus três anos de existência, o jornal foi além do tema da homossexualidade publicando diversas reportagens sobre feminismo, ecologia, movimento negro, “presos comuns”, prostituição feminina e masculina, travestismo e transexualidade, entre diversas outras coisas; sendo uma das poucas instituições ligadas ao movimento que fez a defesa dos segmentos de travestis e transexuais. (MACRAE, 1990, p. 75)

Contudo, apesar do empenho em tratar dos diversos temas sociais que estavam em ebulição na época, o jornal nunca pôde ultrapassar a barreira do preconceito a que estava ligada a questão homossexual e jamais conseguiu ser plenamente aceito como um jornal das minorias. Este fato, acrescido das reclamações contra o aspecto “militante” do jornal, e das desavenças internas do grupo com o movimento, levou o jornal a se voltar quase que unicamente à temática homossexual, editando em junho de 1981 seu último número, o 37. (MACRAE, 1990, p. 77)

O início da década de 1980 também foi palco para o surgimento dos primeiros encontros LGBT. Em 1980 aconteceram, concomitantemente, o *I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados* - EGHO, e o *I Encontro Brasileiro de Homossexuais* – EBHO. No primeiro, que era um evento fechado, compareceram cerca de 200 pessoas, que estavam representando os grupos *Auê/RJ*, *Somos/SP*, *Eros/SP*, *Libertos/Guarulhos*, *Somos/Sorocaba*, *Beijo Livre/Brasília*, além de representantes de Belo Horizonte, Vitória, Goiânia, Curitiba e uma comissão de representantes do *Jornal Lampião*. Já no segundo, que era um evento aberto, estiveram presentes cerca de 600 pessoas. (FACCHINE, 2004, p.97)

A organização do evento e as temáticas escolhidas refletiram as práticas da época. Não só as travestis e transexuais não foram chamadas para a organização do evento, como, também, não foram criados espaços de discussão acerca de suas questões específicas.

Com a passagem do EGHO as divergências dentro do movimento se acentuaram bastante, havendo diversos pontos críticos que dificultavam a organização de uma militância integrada. No caso do *Somos*, a falta de identidade do grupo era o reflexo da falta de consistência da própria noção de uma “identidade homossexual” que igualasse uma população tão heterogênea (MACRAE, 1990, p.211)

Ainda em 1980, o *Somos* acabou dividindo-se em 3: o *Somos*, o *Grupo Lésbico-Feminista*, posteriormente rebatizado de *GALF (Grupo de Ação Lésbico-Feminista)* e o *Grupo de Ação Homossexualista*, posteriormente rebatizado de *Outra Coisa*. (FACCHINE, 2004, p. 98)

No final de 1980, o novo clima social decorrente do processo de abertura política permitiu uma gradual dissipação da censura, fazendo com que os homossexuais pudessem movimentar-se de forma mais segura. MacRae (1990, p. 223) comenta que nessa época houve uma proliferação de travestis que, segundo se dizia, estavam tomando todos os tradicionais pontos de prostituição da cidade de São Paulo. Importante salientar que a figura das travestis além de pouco aparecer na história do movimento, quando aparece está ligada a prostituição. Muitos autores não fazem essa ligação de forma pejorativa ou recriminadora, entretanto não conseguem dar às travestis outro papel que não seja o de profissionais do sexo. Alguns autores sugerem que na década de 1980 já haviam movimentos organizados de travestis, entretanto as informações param por aí, faltando sempre referências¹⁸.

O grupo de dissidentes que depois de sair do *Somos* adotou o nome *Outra Coisa* acabou fechando-se para novos membros e unindo-se aos grupos *Eros* e *Libertos* na tentativa de combater a hegemonia do *Somo*. Entretanto a aliança não durou muito tempo, surgindo inúmeras desavenças entre os três grupos. O *Outra Coisa* participou ativamente da série de campanhas contra violência policial, pela discussão da questão homossexual durante as eleições de 1982 e da divulgação de informações a respeito da AIDS¹⁹. Devido a perda de interesses por parte de seus militantes e às dificuldades em pagar o aluguel de sua sede, o grupo acabou encerrando suas atividades no ano de 1984 (FACCHINE, 2004, p. 99)

O *Somos* acabou se dissolvendo em 1983 devido as dificuldades financeiras e em conseguir novos membros. (FACCHINE, 2004, p. 100)

Posteriormente, o *GALF* também sofreu uma dissidência que levou à formação do *Grupo Terra Maria*, sendo que ambos os grupos possuíam uma atuação voltada tanto para o movimento feminista, quanto para o “gueto lésbico”. Dos grupos paulistanos, o *GALF* foi o único que conseguiu chegar aos anos de 1990 atuando como *Rede de Informação Um Outro Olhar*, nome que passou a utilizar após ter adotado o formato institucional de ONG. (FACCHINE, 2004, p. 99)

¹⁸ Em Facchine (2004) entre diversas informações sobre os encontros de gays e lésbicas, a única informação que aparece sobre os encontros de travestis é : “Antes de 1985 já haviam acontecidos dois encontros de ‘travestis e liberados’. Estes dois encontros estavam inicialmente relacionados com o trabalho da Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL (RJ). Depois, com o surgimento de novas associações/grupos de travestis os encontros passaram a ocorrer em outras regiões do país”. (Facchine, 2004, p. 128)

¹⁹ Quando surgiram as primeiras notícias sobre a AIDS houve várias reações de desconfiança no interior do movimento; havia o receio de que esta fosse mais uma forma de controle médico sobre os homossexuais (FACCHINE, 2004, 99).

FACCHINE (2004, p. 102) destaca que no início da segunda metade dos anos de 1980, era possível perceber uma grande redução dos grupos engajados no movimento. Além dos conflitos políticos, a AIDS também teve grande influência na desarticulação do movimento, pois, por ser considerada na época como uma “Peste Gay”, acabou desmobilizando as propostas de liberação sexual trazidas pelo movimento. Além disso, muitas lideranças acabaram voltando-se unicamente para o combate da epidemia, deixando de lado as questões políticas do movimento.

MacRae (1983, P. 157), tendo em vista o direcionamento que havia tomado o movimento, chegou a prever um futuro um tanto sombrio para a causa LGBT. Tratava-se mesmo de um contexto bastante complicado, até então o movimento havia sido formado unicamente por coletivos que se reproduziam majoritariamente por meio de rompimentos dentro dos grupos, somado a isto estava a questão da AIDS, como já foi mencionado, e o discurso exacerbado do antiautoritarismo, que perdia sentido nos novos tempos de redemocratização do país.

Contudo, contrariando este prognóstico, a partir da segunda metade da década de 1980 o movimento conseguiu renovar sua postura. Abandonando a tônica antiautoritária e comunitarista, passou a dar maior ênfase à luta pela garantia do direito à diferença e estabelecendo organizações de caráter mais formal do que comunitário (FACCHINE, 2004, p. 112)

Em 1985 foi criado o *Grupo Brasileiro de Transexuais* que tinha a função de ser uma instância de articulação entre transexuais de diferentes cidades e estados e canal de expressão de demandas específicas das trans no interior do movimento. O grupo, entretanto, não teve grande expressão no cenário nacional, existindo raras citações a seu nome.

Ainda nos anos de 1980 aconteceram o II EBHO (*Encontro Brasileiro de Homossexuais*), realizado em Salvador e convocado pelo *Grupo Gay da Bahia* (BA), e o III EBHO, realizado na cidade do Rio de Janeiro sob a organização do grupo *Atobá* (RJ). Nesta época o tema da AIDS já havia adquirido lugar prioritário nos eventos, passando também a ocupar um lugar central na organização do movimento e deixando de ser unicamente um fator de desmobilização para transformar-se também em um ponto de aglutinação de forças. (FACCHINE, 2004, p. 120)

O combate à doença acabou por justificar a criação de estratégias específicas junto ao Estado. Desta forma, os grupos com dificuldades de obtenção de recursos passaram a ser financiados por agências de cooperação internacional e por organismos governamentais. Esses

financiamentos, ainda que não propiciassem uma situação ideal, foram muito importantes para o fortalecimento do movimento.

No início dos anos de 1990 os eventos continuaram com força. Em janeiro de 1990 o IV EBHO foi sediado em Aracaju, sob a responsabilidade do grupo *Dialogay* (SE) e , em 1991, a cidade de Recife (PE) foi a escolhida para a realização do V EBHO. A coordenação do Evento foi desempenhada pelo *Movimento Antonio Peixoto* (Map/PE) e a temática esteve toda voltada para a prevenção da AIDS e o auxílio aos soropositivos. (FACCHINE, 2004, p.120)

Fortalecidos, os poucos grupos restantes, na segunda metade dos anos de 1980, conseguiram levar adiante o movimento fazendo-o florescer novamente a partir do ano de 1992.

Nesta mesma época (1993), também em decorrência da crescente epidemia da Aids, foi fundada em Florianópolis a Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais – *ADEH Nostro Mundo*, que será um dos temas trabalhados mais adiante.

A partir do ano de 1995 os encontros passaram a contar com financiamento de programas estaduais de combate às DST/AIDS. Além disso, deixaram de ser chamados de *Encontro Brasileiro de Homossexuais*, para serem chamados de *Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas* (EBGL). Junto ao EBGL também passou a ser realizado o *Encontro Nacional de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS*. (FACCHINE, 2004, p. 122)

O VIII EBGL que aconteceu em Curitiba nos dias 28 a 31 de janeiro de 1995 foi o palco de fundação da *Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis* (ABGLT).

Este evento foi realizado por uma comissão composta pelos grupos *ADEH Nostro Mundo* (Florianópolis), *Cidadania Plena* (Paranaguá), *Associação Sul Brasileira de Gays e Lésbicas* – ASBRAGEL (Curitiba), *Dignidade* (Curitiba) e *Esperança* (Curitiba). O encontro se mostrou inovador porque além de tratar de temáticas referentes aos segmentos de gays e lésbicas, também introduziu de forma política, questões relacionadas às travestis e às transexuais que, até então, eram tratadas de forma completamente marginal dentro do movimento. Durante o evento, também foi aprovada em plenária a inclusão do termo “travestis” no nome dos encontros seguintes. (FACCHINE, 2004, p. 128)

Em 1997 o *Encontro Nacional de Gays e Lésbicas que Trabalham com AIDS*, também foi renomeado, passando a ser chamado de *Encontro de Gays, Lésbicas e Travestis que Trabalham com AIDS*. O estudo da história do Movimento LGBT no Brasil mostra-nos que

foram necessários quase vinte anos de movimento para que as travestis e transexuais começassem a ser incorporadas. (FACCHINE, 2004, p. 132)

Quanto a ABGLT, cabe destacar que esta é hoje a instituição LGBT mais conhecida dentro e fora do país. Ela está sediada na cidade de Curitiba, onde também encontram-se os grupos Esperança, Dignidade e o TransGrupo Marcela Prado, todos com alto reconhecimento no cenário nacional.

A ABGLT adotou como seus, os papéis de fomentar a criação de novos grupos e fortalecer os já existentes, promovendo alianças entre os mesmos; conscientizar os homossexuais acerca de seu papel na sociedade; pressionar para a criação de leis contra a discriminação e lutar pela elaboração de políticas públicas de saúde e afins (ABGLT).

Atualmente a instituição conta com 157 afiliados, a saber: 17 na Região Norte, 57 na Região Nordeste, 22 na região Centro-Oeste, 44 na Região Sudeste e 17 na Região Sul. (ABGLT).

Contudo, as ações desenvolvidas pela ABGLT não possuem uma aceitação unânime dentro do Movimento como um todo. São diversas as acusações contra as ações empreendidas pela diretoria. Facchine (2004, p. 239) ao traçar a trajetória do grupo CORSA comenta que os militantes deste grupo acusavam os militantes da ABGLT de “militantes profissionais”, “caciques” e de coordenarem entidades que não possuíam vida interna.

Durante o período de estágio percebemos que críticas como estas, dirigidas a ABGLT, partiam também de outros grupos. Uma questão interessante diz respeito ao fato de ABGLT ser dirigida quase que exclusivamente por gays. Na diretoria atual há somente uma trans, que ocupa a cadeira a qual é destinada exclusivamente à representação das transgêneros, e uma lésbica, que ocupa a cadeira destinada exclusivamente a representação lésbica, os demais membros são todos gays.

É importante ressaltar que no próprio Estatuto da ABGLT está expressa a necessidade de fortalecer os segmentos de lésbicas e transgêneros, visto que são vítimas de uma maior carga de discriminação por parte da sociedade.

Cinco anos após a criação da ABGLT, em 2000, foi criada na cidade de Porto Alegre a *Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros*²⁰ - ANTRA. A proposta de construção de uma instituição voltada unicamente para o segmento de *Trans* começou a se

²⁰ Como já citamos no capítulo anterior, o movimento de travestis e transexuais do Brasil não aceitou a nova denominação transgênero para designar as travestis e as transexuais, sendo que muitas vezes chegou-se a criar novas classificações para a palavra, como já é próprio do movimento, estas novas classificações, entretanto, carecem de sentido para citarmos aqui.

concretizar com a fundação da *Rede Nacional de Travestis* (RENATA) no ano de 1994 que, posteriormente, passou a ser denominada como *Rede Nacional de Travestis e Liberados* (*RENTRAL*). (ANTRA)

Assim como a ABGLT, a ANTRA também desenvolve um importante papel na articulação dos grupos e viabilização de projetos via Governo Federal.

No que diz respeito a representação de travestis e transexuais, a ANTRA foi a entidade que maior destaque teve no cenário nacional, inserindo-se em discussões ligadas as diversas políticas públicas em nível federal: representação no GT de Educação, do Ministério da Educação; no GT de Cultura no Ministério da Cultura; no GT da Saúde LGBT do Ministério da Saúde; no Conselho Nacional de Combate a Discriminação CNCD e na Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP. (ANTRA)

A entidade também foi responsável, ao lado do Governo Federal, pela criação da campanha *Travesti e Respeito: Já está na hora dos dois serem vistos juntos em casa, na boate, na escola, no trabalho na vida*, lançada no ano de 2001. A campanha pretendia atingir quatro alvos principais: escolas, serviços de saúde, comunidade e clientes das travestis profissionais do sexo. (ANTRA)

Também no caso da ANTRA, não há um apoio unânime por parte dos membros e grupos trans. Reclama-se de um burocratismo e da disputa pelo poder dentro da Organização.

O que podemos perceber, é que mesmo depois de três décadas de existência do movimento, a relação entre os grupos continua a ser expressa por uma infinidade de antagonismos. Em decorrência, diversas foram as tentativas de tornar autônoma a luta de cada um dos segmentos.

Contudo, como já foi expresso no primeiro capítulo, segundo nosso ponto de vista estes antagonismos são próprios da forma como atualmente está organizada a sociedade, sendo necessário articulá-los para o fortalecimento do próprio Movimento e para a democratização radical da sociedade.

Dentro deste quadro, nossa defesa é de que cada um dos segmentos do movimento deve primeiramente estar fortalecido internamente, para depois empreender lutas maiores ao lado dos demais segmentos LGBT e posteriormente, ao lado de outros movimentos sociais.

O objetivo do próximo capítulo é apresentar a dinâmica do Movimento *Trans* em Florianópolis, buscando levantar possibilidades de fortalecimento do movimento e ampliação da participação.

4. O MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

4.1. Relação entre o Movimento Trans e a Associação em Defesa do Direitos Homossexuais – Adeh Nostro Mundo

Como já colocamos anteriormente, existe hoje uma forte tendência de unificação entre as atividades desenvolvidas pelo Movimento LGBT e as atividades desenvolvidas por Associações e Organizações não Governamentais que trabalham com projetos voltados para estes segmentos.

Na Grande Florianópolis o caminho percorrido pelo Movimento de Travestis e Transexuais, se deu justamente nesta direção, ao lado da *Associação em Defesa dos Direitos dos Homossexuais – ADEH Nostro Mundo*.

O período dos estágios obrigatórios I e II foi uma grande oportunidade para compreender a dinâmica da Associação e a forma como ela e o Movimento se entrelaçam. Na Região da Grande Florianópolis não há como pensar a Associação sem o Movimento Trans e, tampouco, o Movimento Trans sem a Associação.

Apesar do nome, *Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais*, a *ADEH Nostro Mundo* é uma Associação Trans desde seu surgimento. A utilização da palavra homossexual foi feita em uma época em que ainda não existiam distinções entre identidade de gênero e orientação sexual.

Como em tantos outros casos, a Associação foi fundada em decorrência da rápida expansão da AIDS no meio homossexual. A intenção das primeiras fundadoras foi a de se organizar na tentativa de oferecer a população LGBT o acesso à informações e insumos no campo da prevenção. Sua fundação se consolidou com o incentivo de militantes do *Grupo Arco-Iris* de Florianópolis que, depois de identificarem algumas lideranças durante os trabalhos de campo, auxiliaram na construção do novo grupo e na organização das primeiras atividades.

A Associação funcionou até o ano de 1996, quando encerrou suas atividades em decorrência da morte da presidente Clô, que estava no cargo desde 1993. Na época Clô se encontrava bastante doente em decorrência do HIV e não resistiu a um espancamento que sofreu por parte de policiais.

Depois de três anos sem desenvolver projetos, a *ADEH* conseguiu se organizar novamente no ano de 1999. A nova equipe que tomou a direção da entidade conseguiu dar um

novo rumo às atividades, levando a *ADEH* a ser reconhecida tanto no cenário estadual, quanto no cenário nacional. Este reconhecimento está diretamente ligado ao envolvimento da instituição na construção e participação em diversas propostas de trabalho no campo da prevenção e, na divulgação de direitos.

Devido a este fortalecimento, a Associação acabou fomentando a criação de outras seis instituições dentro do estado de Santa Catarina, estando hoje em atuação os grupos: Sol, da cidade de Xanxerê; ATRAVE, da cidade de Rio do Sul; Gata, da cidade de Tubarão e; Deusas, da cidade de Criciúma.

Dentro do cenário do estado, a equipe da *ADEH* também participou da fundação do Núcleo LGBT, do Movimento LGBT Catarinense e do Fórum Trans. Além disso, é importante citar que mesmo não tendo um vínculo formal, a *ADEH* tem uma boa inserção dentro do Movimento Feminista de Santa Catarina ocupando atualmente uma cadeira no Conselho Municipal da Mulher.

A Associação também alcançou um importante prestígio junto aos órgãos públicos ligados ao campo da prevenção e isto devido, principalmente, ao bom desenvolvimento dos projetos e ao cumprimento de prazos e normas nas prestações de conta.

Entretanto, este reconhecimento adquirido na área da saúde não é suficiente para a concretização de todas as ações que a equipe de trabalho deseja desenvolver. A abertura encontrada na área da prevenção não se expande para outras áreas do social e também não sensibiliza instituições privadas que poderiam contribuir com a Associação, sendo que as solicitações muitas vezes chegam a ser respondidas de maneira desrespeitosa.

Este é para nós um ponto fundamental. Não se trata de negar a importância dos trabalhos de prevenção, muito pelo contrário, os resultados positivos são bastante visíveis. Contudo, é preciso ir além, estabelecer parcerias na área de educação, com entidades profissionalizantes e levar a discussão sobre discriminação à novos espaços, tais como, hospitais, instituições de ensino, repartições públicas, conselhos de direito, entre outros.

O campo da prevenção não aparece como um facilitador para a criação de mecanismos de participação. As Trans, em sua maioria, são aquelas que estendem a mão para receber o preservativo, ou que precisam escutar alguém “conscientizando-as” sobre a importância de se prevenir contra as doenças.

Nos espaços das mesas de discussão durante encontros e eventos é recorrente o discurso do “cuidado com o outro”. As Trans, principalmente as que trabalham como profissionais do sexo, sempre aparecem como o outro que precisa de cuidado, que é indefeso,

que é estigmatizado, que não é respeitado em suas decisões. Em nossa opinião este é um fato já conhecido, insistir neste discurso é retroceder, é reforçar o preconceito a partir do próprio movimento. Além de cuidado, esse outro precisa de possibilidades para se desenvolver.

Um fato interessante que constatamos durante a pesquisa é que, ao mesmo tempo em que há uma preocupação com a questão do acesso a saúde, pouco se tem procurado instrumentalizar as trans para este acesso. No decorrer do processo, percebemos que algumas trans não tinham nenhum documento, nem conhecimento algum sobre a necessidade de tais documentos e as consequências de não tê-los. Em uma das entrevistas, uma trans ficou surpresa ao saber que sem CPF não poderia receber prêmios da mega-sena. No outro dia, quando eu a encontrei novamente, ela pediu que eu comentasse com suas amigas a questão do CPF e novamente a expressão foi de surpresa.

Estes são temas que precisam ser trabalhados pelo movimento. Entendemos que é complicado lutar pela conquista de direitos quando os próprios sujeitos em questão não conhecem os instrumentos legais básicos para efetivar esses direitos. Ao nosso entendimento, a falta destes conhecimentos deste tipo é um dos fatos que está diretamente ligado a baixa participação das trans.

O espaço da Associação é de extrema importância para o movimento, ele serve como um ponto de referência a partir do qual as ações podem começar a ser construídas. Contudo, é problemático que o espaço do movimento esteja restrito ao espaço da Associação, visto que os objetivos de um e outro não são todos os mesmos.

Nestes meses de pesquisa e estágio nossa percepção foi a de que muitas Trans se dirigem a Associação como se esta fosse apenas uma prestadora de serviços, ou seja, se dirigem à Associação quando precisam fazer uma denúncia ou uma consulta jurídica, quando precisam de um atendimento psicológico, quando precisam de um encaminhamento na área social, quando precisam de preservativos ou até mesmo para conversar e saber as novidades. Em contrapartida, algumas trans se sentem obrigadas a participar de atividades quando são convocadas pela Associação. Cabe ressaltar que esta participação na maioria das vezes é mais importante para as próprias trans, do que para a Associação que as convoca. O que precisamos questionar neste caso é se este padrão de imposição da participação é realmente válido. Por outro lado, é importante sinalizar que a associação já buscou outras alternativas para incentivar a participação, entretanto as mesmas não tiveram sucesso.

Esta questão de receber os benefícios e ter obrigação de fazer coisas em troca está muito ligada a cultura da rua e da rufianagem²¹, algo que ainda é forte em Florianópolis. A manutenção desta cultura muitas vezes faz com que as trans não vejam as pessoas da Associação e do movimento como colegas de militância, colocando-se sempre na posição de alguém que precisa ser tutelado.

Infelizmente, este padrão de relacionamento acaba se repetindo em outros espaços. Algumas trans que participam há mais tempo do movimento, que não são envolvidas com rufianagem e nem trabalham como profissionais do sexo, também costumam estabelecer este tipo de relação com as mais novas. Em certa ocasião presenciamos uma situação em que uma trans dava autorização a outra mais jovem para trabalhar em um determinado ponto da cidade. Ela explicou qual roupa deveria ser usada e instruiu a mais nova a falar que a permissão para estar ali havia sido dada por ela.

Na ocasião entendemos que a intenção da primeira era a de defender a mais jovem, contudo, se pensarmos em construção de autonomia, a manutenção deste tipo de relação é bastante problemática.

Muitas vezes, devido a própria dinâmica do movimento, as prioridades de luta são pensadas de maneira descolada das prioridades dos sujeitos envolvidos. Este fato representa a nosso ver uma das questões fundamentais que necessitam ser pensadas. É necessário estabelecer novos pontos de partida e construir um trabalho de base que consiga integrar as trans ao movimento, fazendo com que as mesmas se percebam como parte da estrutura, necessárias para o desenvolvimento do coletivo.

Dentro do que foi apresentado, o intuito desta pesquisa foi justamente o de levantar alguns dados que pudessem indicar novos elementos a serem trabalhados com vista a obter uma maior inserção das trans dentro do movimento, bem como a qualificação da sua participação.

Em seqüência apresentamos dos dados levantados com a aplicação do questionário, fazendo algumas reflexões sobre os mesmos.

²¹ A prática da rufianagem consiste em tirar proveito da exploração sexual de outra pessoa, o que é considerado crime pela legislação brasileira. Na Grande Florianópolis há trans que são conhecidas por oferecer segurança, moradia e um ponto na rua para outras trans, geralmente mais novas, em troca de uma boa quantidade em dinheiro, respeito e lealdade. O não respeito a estas regras pode fazer com que a trans perca, inclusive, o direito de permanecer na cidade.

4.2. Perfil Sócio-Cultural e Econômico das Travestis E Transexuais da Grande Florianópolis

Como já foi mencionado anteriormente, uma das propostas deste trabalho é a de apresentar alguns dados que possam subsidiar a construção de novas possibilidades de ação e participação dentro do Movimento Trans da Região da Grande Florianópolis.

Os dados levantados através da aplicação dos questionários foram agrupados em diferentes temáticas na tentativa de facilitar sua apresentação. Da mesma forma, as propostas de ação estão agrupadas de forma conjunta no último tópico deste capítulo.

- **Dados pessoais:**

Os primeiros dados que serão aqui descritos apresentam alguns aspectos da identidade das entrevistadas, bem como alguns aspectos de seu cotidiano. Primeiro sinalizamos que todas as entrevistas se caracterizam por terem o sexo biológico masculino e possuírem uma identidade de gênero feminina.

Quanto a orientação sexual, 90% das entrevistadas se declararam heterossexuais e 10% bissexuais. Neste tópico utilizamos como ponto de classificação a posição do Movimento Trans sobre a identidade de gênero, que prevê que travestis e transexuais que se relacionam com homens com identidade de gênero masculina devem ser consideradas heterossexuais. A vivência que tivemos dentro da Associação e a participação em discussões fizeram-nos pensar, num primeiro momento, que esta questão já era um consenso no meio trans. Entretanto, durante o período de aplicação do questionário percebemos que este fato não era verdade. A grande maioria das trans, 75%, não conheciam esta discussão e se identificaram, primeiramente, como sendo homossexuais. Somente 25% das trans conheciam o debate, identificando-se como heterossexuais. Para evitar confusões, passamos a explicar para as trans a perspectiva do movimento, salientando que era aquela a que estávamos utilizando para fins de resposta do questionário.

A defesa do caráter heterossexual das relações entre trans e homens com identidade de gênero masculina é algo bastante discutido no espaço dos eventos e uma bandeira forte do movimento, estando diretamente ligado a questão da diferenciação entre identidade de gênero e orientação sexual. Desta forma pareceu-nos espantoso que 75% das entrevistadas ainda não

tivessem conhecimento desta informação, o que deixa explícito o problema da baixa circulação de informações.

Quanto a faixa etária, 5% das entrevistas declararam ter entre 40 e 50 anos; 40% declararam ter entre 30 e 40 anos; 40% declararam ter entre 20 e 30 anos; e 15% menos de 20 anos, sendo que uma trans entrevistada era menor de idade.

A menor de idade já possuía prótese no seio. No seu caso, a autorização da cirurgia foi dada pela mãe. Entretanto, há casos de trans menores de idade que sem ter a autorização dos pais, necessária para a cirurgia, acabam realizando a intervenção de forma clandestina. Esta é uma situação bastante problemática, pois não oferece nenhuma garantia caso ocorram complicações durante ou após a cirurgia.

Entre as entrevistadas, 60% se declaram solteiras; 35% disseram que mantinham uma união estável não registrada, e 5% disseram que tinham uma união estável registrada. Todas declararam não ter filhos.

Neste caso é interessante retomar a discussão de Laclau e Mouffe (1987, p. 178, 179) sobre as duas diferentes formas de emergência dos antagonismos. A luta pelo reconhecimento dos direitos civis para homossexuais está ligada a primeira forma assinalada pelos autores, surgindo quando relações de subordinação já existentes passam a ser questionadas com a transformação do ideário democrático. A mudança em certos padrões de organização social, tanto moral, quanto legal, fazem com que certas formas de subordinação já existentes sejam vistas como opressivas, podendo com isso ser questionadas.

- **Procedência e Moradia**

As trans que vivem atualmente na Região da Grande Florianópolis são provenientes de diferentes partes do estado de Santa Catarina e também de fora dele: 40% delas são naturais da Região da Grande Florianópolis; 10% da Região Sul do estado; 10% da Região do Vale do Itajaí; 5% da Região Serrana; 5% são da Região Oeste; 25% são naturais do Rio Grande do Sul e 5% do Paraná. Estes números refletem a realidade da Grande Florianópolis que, devido ao fato de ser a capital do estado, possui um alto índice de imigração.

Entretanto, no caso das trans que trabalham como profissionais do sexo esta questão ganha novos contornos. Há certas regras que devem ser obedecidas pelas que chegam de outros lugares para trabalhar aqui; o não respeito destas regras pode levá-las a terem que deixar a cidade de forma obrigada e, às vezes, por meio de violência. As trans que são

naturais da Grande Florianópolis ou que vivem aqui há muito tempo, contra-argumentam que grande parte das questões relacionadas à violência, e à perturbação da ordem pública são decorrentes deste processo de imigração e do mau comportamento das recém-chegadas.

Entre as entrevistadas, atualmente, 50% vivem na cidade de Florianópolis; 20% na cidade de São José; 15% na cidade de Palhoça; 10% na cidade de Rio do Sul; e 5% na cidade de Xanxerê. As últimas não residem em Florianópolis, contudo participaram da pesquisa porque estão diretamente ligadas às atividades da ADEH e do movimento na Grande Florianópolis.

No que diz respeito às condições de moradia, 30% das trans vivem com os pais; 25% com companheiro; 25% sozinhas e 20% com colegas de casa.

Importante destacar que as trans que declararam viver com colegas são todas profissionais do sexo e estão ligadas à prática da rufianagem, sobre a qual já comentamos no início deste capítulo.

Todas as trans que declararam viver com os pais moram em casa própria da família. além disso, 30% vivem em casa própria; 30% vivem em local alugado e 10% em local cedido.

Perguntamos se elas se sentiam bem no lugar onde viviam, 10% declararam não se sentir bem vivendo em seu bairro e 10% declararam não se sentir bem vivendo no Brasil.

Indagamos também se elas tinham a intenção de viver em um outro lugar, 60% responderam que não e 40% responderam que sim. Entre os lugares citados estavam: Europa, Itália, Estados Unidos, Argentina, México e Porto Alegre. Muitas também citaram o exterior de uma forma geral, explicando que gostariam de morar em qualquer lugar fora do país.

Os motivos dados para querer morar em outro lugar foram os seguintes: conhecer novas culturas, trabalhar, melhorar de vida, voltar para a terra de nascença, ter mais liberdade, viver em um lugar com leis mais favoráveis para o segmento LGBT.

Cabe assinalar que ao citarem a questão do trabalho e da melhoria de vida, as trans estão se referindo a exercer a função de profissional do sexo fora do país. Esta é uma prática muito comum, sendo que o principal destino é a Europa, onde em poucos anos as trans conseguem economizar uma quantia bastante elevada de dinheiro. Entretanto, o aumento da fiscalização para a entrada nos países europeus vem impedindo este tipo de migração.

- **Questões Relacionadas a Educação.**

Quanto ao nível de escolaridade, levantamos os seguintes dados: 20% possuem o ensino fundamental incompleto, 40% o ensino fundamental completo, 35% o ensino médio e 5% o ensino técnico, uma das entrevistadas além de ter o ensino técnico, também está cursando o ensino superior.

Perguntamos também qual era a escolaridade de suas mães e seus pais. Quanto à escolaridade das mães, os números são os seguintes: 20% não são alfabetizadas; 45% cursaram até o ensino fundamental; 10% cursaram até o ensino médio; 5% cursaram o ensino técnico; 5% cursaram o ensino superior e 15% não souberam dizer a escolaridade de suas mães.

No que diz respeito à escolaridade dos pais, tivemos os seguintes resultados: 15% não são alfabetizados; 40% cursaram até o ensino fundamental; 10% cursaram até o ensino médio; 10% cursaram até o ensino superior e 25% não souberam dizer a escolaridade de seus pais.

O cruzamento dos dados nos possibilitou perceber que existe uma estreita relação entre a baixa escolaridade das trans e de seus pais. Todas as trans que possuem somente o ensino fundamental são filhas de pais que têm somente o ensino fundamental ou que não são alfabetizados.

Ao serem questionadas sobre a intenção de voltar a estudar, 25% disseram querer completar o ensino fundamental; 25% disseram desejar cursar o ensino médio; 10% demonstraram interesse em fazer um curso técnico; 40% em fazer um curso profissionalizante; 20% em cursar o ensino superior e 20% disseram não querer voltar a estudar.

Importante chamar a atenção para o fato de 40% das entrevistadas demonstrarem vontade de fazer um curso profissionalizante.

- **Questões Relacionadas ao Trabalho.**

No que diz respeito a atividade profissional, os números foram os seguintes: 70% da entrevistadas declararam que exercem a função de profissionais do sexo; 25% declararam que trabalham como agente de campo²² em projetos ligados a ADEH Nostro Mundo, sendo que

²² Este trabalho de agente de campo é realizado normalmente por trans e consiste na entrega de preservativos nos pontos de prostituição da cidade e casas noturnas. Estes projetos de prevenção em sua maioria são decorrentes de parcerias entre a Associação e órgãos de saúde.

uma destas agentes também trabalha como cobradora de ônibus e 5% declararam trabalhar na área da informática. Entre as profissionais do sexo, 21, 4% informaram que desenvolvem outras atividades de forma paralela, sendo citadas as seguintes: costureira, faxineira, manicure e vendedora.

É necessário registrar que uma das trans que exercem a função de profissionais do sexo é menor de idade, o que caracteriza um caso de prostituição infantil. Episódios como este, infelizmente, são comuns na Região da Grande Florianópolis. No mês de abril deste ano foi desmontado um esquema de rufianagem na cidade de São José que, entre outras coisas, envolvia caso de prostituição infantil. Cabe citar que a *ADEH Nostro Mundo* vem desempenhando um importante papel nesta área e denunciando os casos de prostituição infantil.

Entre as entrevistadas, 10% se encontram na categoria de trabalhadoras assalariadas; 10% se encontram na categoria de trabalhadoras autônomas e 80% trabalham na informalidade. Uma questão de extrema relevância, diz respeito ao fato de todas as agentes de campo estarem inseridas de maneira informal no mercado de trabalho. É importante esclarecer que estes projetos são desenvolvidos em parceria com o Estado, localizando-se no campo das políticas sociais. Desta forma podemos perceber que, com o processo de terceirização das políticas sociais, os próprios agentes que desenvolvem as ações para o Estado aparecem hoje em situação de grande vulnerabilidade.

A crescente precarização do trabalho delinea claramente mais um campo no qual emergem antagonismos. Diferente da questão da luta pelo reconhecimento dos direitos civis para homossexuais, que citamos acima, neste caso o antagonismo se configura porque direitos já adquiridos são postos em questão em decorrência das novas formas de organização social.

Em nossa opinião a questão do trabalho é uma importante bandeira a ser erguida dentro do movimento trans, visto que a prostituição em muitos casos aparece como a única possibilidade de trabalho.

No que diz respeito a renda, 20% das entrevistadas declararam ter um rendimento mensal de até R\$500,00; 20% declararam ter um rendimento mensal entre R\$500,00 e R\$999,00; 10% declararam ter um rendimento mensal entre R\$1.000,00 e R\$1.499,00; 15% declararam ter rendimento mensal entre R\$2.000,00 e R\$2.499,00; 10% declararam ter rendimento mensal entre R\$3.000,00 e R\$3.499,00; 10% declararam ter rendimento mensal maior que R\$5,000 e 10% não quiseram responder à pergunta.

Mais uma vez precisamos voltar nossa atenção para as agentes de campo. Elas são as que menos recebem, ocupando a faixa de rendimento de até R\$500,00. A inserção das trans no mercado de trabalho poderia se dar através da participação em projetos como agentes de campo, contudo, os baixos salários e a informalidade acabam tornando inviável esta proposta.

Quando perguntamos às trans se elas gostariam de ter outra profissão, 20% declaram que gostariam de trabalhar no ramo da beleza; 20% no ramo de moda e design; 10% no ramo culinário; 10% no ramo da informática; 10% na área da saúde; 5% no ramo da publicidade; 5% na área da pesquisa; 5% na área administrativa; 10% disseram que gostariam de ser donas de casa e 5% declararam que não gostariam de ter outra profissão.

- **Saúde e Acesso ao Sistema Único de Saúde.**

Perguntamos às trans se elas possuíam alguma doença crônica, 85% responderam que não e 15% responderam que sim. Entre às que responderam sim, todas são portadoras do HIV.

Importante salientar que os casos de HIV não aparecem em nenhuma trans com menos de 30 anos, o que indica que as campanhas de combate à AIDS vêm alcançando resultados bastante satisfatórios.

No que diz respeito ao acesso ao Sistema Único de Saúde, 80% responderam que acessam o Sistema Único de Saúde e 20% responderam que não acessam.

Entre as entrevistadas que disseram acessar o Sistema Único de Saúde, 6,25% o fazem semanalmente; 18,35% mensalmente; 6,25% de seis em seis meses; 6,25% anualmente e 62,50% só quando necessitam.

A cartilha do SUS prevê o direito à identificação através do nome social para todas as pessoas que não se sintam a vontade com seu nome de registro, sendo que é direito das trans serem referenciadas através de seu nome social.

- **Discriminação e violência.**

Em referência à questão da discriminação, apresentamos uma lista para as trans e perguntamos se elas já haviam presenciado cena de discriminação em algum dos lugares que estavam listados. As respostas foram as seguintes: 45% declararam já ter presenciado cena de discriminação em hospitais e/ou postos de saúde; 55% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em escolas e/ou instituições de ensino; 40% declararam já ter presenciado

cenas de discriminação em repartições públicas; 55% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em delegacias de polícia; 100% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em praças e/ou espaços públicos; 45% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em igrejas; 45% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em lojas; 50% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em bares e restaurantes e; 60% declararam já ter presenciado cenas de discriminação em casas noturnas.

Através dos números apresentados, podemos perceber que os índices de discriminação são bastante altos, com destaque para o espaço das praças e locais públicos (100%)

A indagação sobre os motivos da discriminação, teve as seguintes respostas: 90% das entrevistadas indicaram como sendo discriminação por identidade de gênero; 5% citaram a questão da vestimenta e 5% citaram a questão do comportamento.

A partir da mesma lista, pedimos que as trans indicassem em quais daqueles locais elas já haviam sido vítimas de discriminação. 35% declararam ter sido vítimas de discriminação em hospitais e/ou postos de saúde; 35% declararam ter sido vítimas de discriminação em escolas e/ou instituições de ensino; 40% declararam ter sido vítimas de discriminação em repartições públicas; 60% declararam ter sido vítimas de discriminação em delegacias de polícia; 75% declaram ter sido vítimas de discriminação em praças e/ou espaços públicos; 25% declararam ter sido vítimas de discriminação em igrejas; 30% declararam ter sido vítimas de discriminação em lojas; 40% declararam ter sido vítimas de discriminação em Bares e Restaurantes e 50% declararam ter sido vítimas de discriminação em casas noturnas.

Neste caso o índice de discriminação na rua cai, entretanto continua sendo o mais alto.

Ao serem indagadas sobre os motivos, todas responderam que se tratava de discriminação por identidade de gênero.

Também as perguntamos se já haviam sido vítimas de violência. 70% responderam que sim e 30% responderam que não. As formas de violência citadas foram as seguintes: agressão verbal, chutes, socos, tapas, assalto, tiro, pauladas.

A contestação da atitude discriminatória também aparece como um campo de emergência de antagonismos, visto que há uma não aceitação das velhas relações frente aos novos padrões de relações sociais.

- **Percepções e Relações Sociais**

Tentando obter alguns elementos sobre a rede de sociabilidade das entrevistadas, apresentamos alguns segmentos e pedimos que elas manifestassem quanta confiança tinham neles.

O primeiro segmento apresentado foi a família, e as respostas foram as seguintes: 75% disseram confiar muito em seus familiares e 25% disseram ter uma confiança média em seus familiares.

Depois perguntamos sobre os amigos e colegas: 5% disseram confiar muito em seus amigos e colegas; 45% disseram ter uma confiança média em seus amigos e colegas; 25% disseram ter pouca confiança em seus amigos e colegas; e 25% disseram não ter nenhuma confiança em seus amigos e colegas.

Quanto aos vizinhos, 5% disseram confiar muito nos vizinhos; 15% disseram ter uma confiança média nos vizinhos, 20% disseram ter pouca confiança nos vizinhos e 55% disseram não confiar nos vizinhos.

Utilizando do mesmo modelo descrito acima, apresentamos alguns ambientes e segmentos e pedimos que elas dissessem o quanto os mesmos eram importantes em sua vida.

O primeiro foi o ambiente do trabalho: 85% disseram que o ambiente do trabalho era muito importante em sua vida e 15% disseram que o ambiente do trabalho tinha uma importância mediana em sua vida.

Depois, quanto ao ambiente familiar: 85% declararam ser este muito importante; 10% declararam que o ambiente familiar tinha uma importância mediana e 5% disseram que o ambiente familiar tinha pouca importância em sua vida.

No que diz respeito aos amigos, 40% disseram que os amigos e conhecidos eram muito importantes em sua vida; 45% disseram que os amigos tinham uma importância mediana em sua vida; 15% disseram que os amigos tinham pouca importância em sua vida e 5% disseram que os amigos não tinham importância nenhuma em sua vida.

Interessante os altos números ligados à família tanto no que diz respeito à importância, quanto à confiança. A família é um importante espaço de socialização e para algumas trans se apresenta como sendo o único.

Questionadas sobre a quais critérios davam mais importância quando precisavam tomar decisões importantes em suas vidas, as trans apresentaram as seguintes respostas: 25% responderam que seguiam princípios morais ligados ao meio onde haviam crescido; 50%

disseram que decidiam livremente, sem a interferência de condicionantes externos e 25% disseram que seguiam os valores que compartilhavam com os amigos mais próximos. Havia ainda uma alternativa que dizia respeito aos valores religiosos, entretanto esta não foi citada por nenhuma das entrevistadas.

Para finalizar este eixo, apresentamos duas frases e pedimos que elas apontassem a que mais se aproximava de seu modo de pensar. A primeira era: “em nossa sociedade a origem social das pessoas não deve contar, mas sim seus atos”; a segunda: “em nossa sociedade os atos das pessoas são todos condicionados por sua origem social”. Entre as entrevistadas 85% escolheram a primeira e 15% a segunda.

- **Inserção Política**

Primeiramente perguntamos para as trans qual era a importância que elas davam a política em sua vida. 10% disseram que a política tinha muita importância em sua vida; 35% disseram que a política tinha uma importância média em sua vida; 20% disseram que a política tinha pouca importância em sua vida e 35% disseram que a política não tinha nenhuma importância em sua vida.

Depois, perguntamos às entrevistadas se elas poderiam nos dizer o quanto seus familiares se interessavam por política.

Quanto aos pais as respostas foram as seguintes: 20% responderam que o pai tinha muito interesse por política; 25% que o pai tinha um interesse médio por política; 25% que o pai tinha pouco interesse por política, 25% que o pai não tinha nenhum interesse por política e 5% não souberam responder.

Em referência as mães, obtivemos os seguintes números: 20% das entrevistadas responderam que a mãe interessava-se muito por política; 25% que a mãe tinha um interesse médio por política; 20% que a mãe interessava-se pouco por política e 35% a mãe não interessava-se por política.

A classificação do interesse dos irmãos pela política ficou da seguinte forma: 25% responderam que os irmãos interessavam-se muito por política, 10% que os irmãos tinham um interesse médio por política, 30% que os irmãos interessavam-se pouco por política, 30% que os irmãos não interessavam-se por política e; 5% não souberam responder.

Interessante comentar que no meio das respostas, uma entrevistada justificou que seu irmão se interessava muito por política porque votava todos os anos, e que a mãe se interessava médio, porque gostaria de votar mas não possuía título.

Como podemos perceber tanto o interesse das trans quanto o de seus familiares pela política é bastante baixo.

Dando prosseguimento ao questionário, apresentamos 4 frases referentes a comportamentos políticos e pedimos para que as trans respondessem se haviam tido aqueles comportamentos dos 14 aos 18 anos e dos 19 aos 25. As respostas foram as seguintes: 15% declararam que entre os 14 e 18 tinham tido algum tipo de interesse pela política, já entre os 19 e 25 anos este número subiu para 47%; 20% declararam que entre os 14 e 18 anos costumavam falar de política com amigos e familiares, entre 19 e 25 anos este número subiu para 41%; 45% declararam que entre os 14 e 18 anos já haviam participado de comícios, debates e atos públicos, entre os 19 e 25 anos este número subiu para 47%.

Também perguntamos a elas quem tomavam como exemplo para formar suas opiniões políticas; 35% declararam que tomavam como exemplo opiniões transmitidas pela televisão; 20% declararam que tomavam como exemplo a opinião de amigos e/ou colegas de trabalho; 15% declararam que tomavam como exemplo a opinião dos pais; 10% declararam que tomavam como exemplo a opinião expressa na imprensa escrita; 10% declararam que tomavam como exemplo a opinião de militantes do Movimento Trans; 5% declararam que tomavam como exemplo a opinião de pessoas que participam de fóruns, grupos de discussão e sites de relacionamento da internet e 5% declararam que tomavam como exemplo a opinião de pessoas que participavam de associações não políticas.

Mais uma vez, podemos constatar que as respostas dadas pelas trans não destoam das respostas que seriam dadas por outros segmentos da sociedade. A televisão hoje aparece como o mais importante meio de comunicação e formador de opiniões, sendo também o de mais fácil acesso.

Questionamo-as sobre sua participação em algum tipo de associação ou organização social. As informações que tivemos foram as seguintes: 5% das entrevistadas disseram ser filiadas a partido político, sendo que sua participação se dá algumas vezes ao ano; 10% das entrevistadas declararam ser associadas a algum tipo de associação cultural, neste caso, as declarantes também informaram participar das atividades algumas vezes no ano; 10% das entrevistadas disseram ser filiadas a algum sindicato profissional, sendo que 50% participam das atividades algumas vezes no ano, e 50% participam das atividades algumas vezes no mês;

10% das entrevistadas são filiadas a associação de voluntariado, contudo, 50 por cento das entrevistas participam de ações de voluntariado sem estar ligadas oficialmente a nenhuma associação. Entre estas 20% participam algumas vezes no ano, 40 % algumas vezes no mês e 40% semanalmente; 15% disseram fazer parte de alguma associação comunitária de bairro, entre estas, 33,3% não participam nunca das atividades, 33,3% participam das atividades algumas vezes no ano, e 33,3% participam das atividades algumas vezes no mês. Por fim, perguntamos se eram filiadas a alguma associação ligada ao movimento LGBT; 50% responderam que sim. Contudo, muitas entrevistadas disseram participar das atividades do movimento mesmo não sendo filiadas. Desta forma, entre as entrevistadas 15% disseram que participam das atividades algumas vezes por ano, 30% algumas vezes por mês e 10% semanalmente.

- **Percepções Políticas**

Depois de perguntarmos sobre a inserção das trans no campo político e da participação, buscamos mecanismos que pudessem nos sinalizar certas percepções que as mesmas possuem acerca de temas ligados ao contexto político.

Primeiramente, lançamos três frases e pedimos que elas dissessem se concordavam, concordavam mais ou menos, discordavam, ou não saberiam opinar sobre a mesma. A primeira frase apresentada foi: “O melhor é deixar a política para os políticos de profissão”. Entre as entrevistadas 35% disseram concordar com a frase; 15% disseram concordar mais ou menos com a frase, 40% disseram discordar da frase e 10% disseram não saber opinar sobre a questão.

A segunda afirmação foi a seguinte: “Não possuímos real influência no que diz respeito às decisões políticas, por isso é melhor ocupar-nos de nossos problemas privados”. 45% concordaram com a afirmação; 10% concordaram mais ou menos; 35% discordaram e 10% não souberam responder.

Por fim, a última frase: “ A política é uma coisa suja e convém se manter afastado dela”: 40%concordaram; 25% concordaram mais ou menos; e 35 % discordaram.

Apesar de declarem que consideram importante a política em sua vida, percebemos que não percebem a política como algo alcançável, mas sim como uma prática distante e sem virtudes. Em decorrência é necessário que também sejam criados mecanismos que aproximem

as trans destas temáticas, pois sem entender um pouco da realidade política do Brasil, qualquer reivindicação corre o risco de cair no vazio.

Passada esta pergunta apresentamos uma lista com diversas ações e perguntamos quais, entre aquelas, elas poderiam fazer. As respostas foram as seguintes: 35% disseram que poderiam convencer alguém a votar em um partido político; 55% disseram que poderiam ser militantes de um partido político; 95% disseram que poderiam ser militantes de um movimento social; 95% disseram que poderiam assinar um abaixo-assinado; 100% disseram que poderiam realizar trabalho voluntário; 95% disseram que poderiam participar de uma assembléia; 80% disseram que poderiam participar de uma greve; 55% disseram que poderiam ocupar prédios públicos em manifestações e 95% disseram que poderiam aderir a um boicote.

Depois lançamos a frase: “o desenvolvimento da nossa sociedade depende sobretudo:”, e pedimos que as entrevistadas escolhessem uma entre três alternativas de resposta. Os resultados foram os seguintes: 20% responderam que era “da capacidade de quem governa”; 25% responderam que era “do bom funcionamento das instituições” e 55% responderam que era da capacidade da coletividade em mobilizar-se e participar.

Esse é um resultado interessante, mostra que a maioria percebe a organização coletiva como necessária para a construção social. Para as trans que trabalham prioritariamente na rua, onde a questão da individualidade impera, o fortalecimento desta noção é essencial para que sejam estabelecidas novas formas de relacionamento.

Por fim lançamos dois pares de frases contrapostas e pedimos que, em cada caso, elas escolhessem a que mais se aproximava de seu modo de pensar.

As duas primeiras frases contrapostas eram: “o Estado deve ser o maior responsável por assegurar o bem-estar de todos” e “os cidadãos devem ser os maiores responsáveis por assegurar seu bem estar”. Entre as entrevistadas, 70% escolheram a primeira frase e 30% a segunda frase.

Notamos que também há uma percepção das responsabilidades do Estado para com os cidadãos, este é um ponto que deve ser trabalhado junto à questão dos direitos tendo em vista uma maior compreensão da estrutura social.

O segundo par de frases era: “o bem estar social depende da iniciativa individual dos sujeitos” e “o bem estar social depende da solidariedade entre os indivíduos”. Neste caso, 40% escolheram a primeira e 60% escolheram a segunda opção.

Como podemos notar, mais uma vez a percepção da solidariedade e da coletividade aparecem para a reflexão.

- **Movimento trans**

Perguntamos às trans qual era a importância que o Movimento Trans tinha em sua vida. 60% das entrevistadas disseram que o movimento trans era muito importante em sua vida; 20% disseram que o movimento tinha uma importância mediana em sua vida; 10% disseram que tinha pouca importância e 10% disseram que não tinha importância alguma.

As outras questões referentes à participação dentro do movimento trans se caracterizaram por ser abertas, ao contrário das demais.

Primeiramente perguntamos qual era o envolvimento das entrevistadas com o movimento. As respostas foram as seguintes: 15% disseram não ter nenhum envolvimento; 10% disseram conhecer o movimento, mas não participar de nenhuma atividade; 5% disseram ser filiadas, entretanto sem nenhuma participação nas atividades; 15% disseram ser filiadas, com sua participação restringindo-se aos espaços das paradas e encontros; 30% disseram ser filiadas, tendo ligação direta com as Associações e atividades desenvolvidas e 25% disseram que não eram filiadas, mas frequentavam a associação, as paradas, os encontros e demais eventos.

A segunda pergunta era se elas consideravam importante participar das lutas do Movimento, e o porquê de sua resposta. Entre as entrevistadas, 90% responderam que sim, 5% responderam que não e 5% responderam que não sabiam responder. Entre as que responderam sim, os motivos citados foram os seguintes: integração, luta contra discriminação, conscientização da sociedade, garantia de direitos, aprendizado, luta pela dignidade. Em relação a resposta negativa, a defesa foi a de que o Movimento não representava as trans.

Por fim, perguntamos que ações por parte do movimento poderiam levá-las a uma maior participação. As respostas foram as seguintes: 15% disseram que nada poderia ser feito visto que consideravam a não-participação como uma culpa individual de cada trans; 5% citaram a formulação de mais atividades coletivas; 5% citaram a abertura para discussões relacionadas a prostituição e as questões da rua; 30% citaram a criação de mais eventos no estilo das paradas e encontros; 5% disseram que precisava existir um maior contato por parte dos representantes; 25% disseram que era necessário haver maior circulação de informação,

5% disseram que era preciso falar mais sobre o cotidiano das trans e 10% falaram que não viam possibilidade de participação, tanto pelo fato de a luta não ser representativa, quanto pela falta de interesse das trans.

As respostas das últimas perguntas, tencionadas com as questões já levantadas durante a apresentação dos dados nos fornecem alguns elementos para pensarmos as novas práticas e é isso que faremos no próximo ponto.

- **Alguns apontamentos para a reflexão.**

Ao apresentamos a discussão de Mouffe e Laclau, passamos a defender a concepção do social como um campo aberto onde diferentes posições de sujeito podem ser articuladas possibilitando o surgimento de diferentes formas de antagonismos, ou seja, estamos defendendo que o social não é algo originário, bem como não são originários os sujeitos que o modelam. A opção desta perspectiva é o que nos permite defender a possibilidade de superação de certas dificuldades dentro do movimento a partir de novas articulações.

Apontar as dificuldades, permitir que as diferenças sejam expressas é condição necessária para o crescimento do movimento e também dos sujeitos que o compõe. Desta forma apresentamos a seguir algumas questões que, em nosso ponto de vista, podem contribuir para o fortalecimento do movimento.

Uma primeira questão que conseguimos visualizar diz respeito a pouca circulação da informação. Se os meios tradicionais de comunicação entre os representantes do movimento e as suas bases se mostram ineficazes, é preciso pensar novas formas para a circulação da informação.

A falta de interesse, a nosso ver, tem uma ligação direta com o desconhecimento da dinâmica interna do movimento, suas novas conquistas e bandeiras levantadas. Desta forma é necessário pensar em novos meios para circulação da informação.

Uma alternativa que pode ser interessante é a criação de pequenos folhetos com informações sobre o movimento. Entregues de forma periódica, os folhetos possibilitam que as trans tenham acesso as informações de forma contínua. Sendo que sua distribuição pode ser feita pelos agentes de campo, junto com a distribuição dos preservativos.

É importante ressaltar que ao serem questionadas sobre o que lhes faria participar mais do movimento, 25% das trans responderam que era ter mais acesso à informação.

Uma outra questão que foi citada nesta pergunta, e que para nós é central, se refere à abertura do movimento para discussão de temas mais próximos do cotidiano e de questões ligadas à rua. Uma maior preocupação no tratamento de temas desta natureza pode ser uma boa estratégia para a inserção das trans.

A discussão de temas relacionados ao cotidiano, abre espaço para que também elas se expressem, deixando um pouco a condição de ser somente ouvintes. Para que uma pessoa sinta-se parte de algo, é preciso que ela também seja ouvida, que suas opiniões sejam consideradas, que ela possa se enxergar dentro do processo. Ao mesmo tempo, é necessária a busca por relações mais horizontais, buscando-se dividir o ônus e o bônus da luta. Conseguindo-se estabelecer um sentido de pertencimento ao grupo/movimento, novas temáticas podem começar a ser abordadas.

Acreditamos que neste processo novas temáticas políticas devem começar a ser introduzidas aos poucos. O trabalho com temáticas que não se restringem unicamente ao campo do movimento têm uma dupla importância. Primeiramente acreditamos que tendo certa compreensão da estrutura social e política do país, as trans conseguirão compreender melhor a necessidade da luta do movimento e o campo onde esta luta se configura. Em segundo lugar a introdução de novos temas para a reflexão mostra ao grupo que os representantes e o movimento acreditam em seu potencial, acreditam que podem enfrentar novos desafios e conhecer novas coisas. Situações em que a capacidade cognitiva das pessoas é colocada à prova são muito ruins e acabam desestimulando a participação.

A introdução de temáticas diversas também possibilita que elas tenham conhecimento das situações de subordinação e opressão que são vivenciadas por outros grupos, ou seja, mostra-se que os antagonismos são próprios de nossa sociedade, sendo que as trans não são as únicas vítimas da história.

Essa questão de enxergar-se no outro, também está ligada à questão da coletividade e da solidariedade que foram apontadas por elas. Aqui, como já citamos, uma boa opção seria pensar em algumas atividades mais descontraídas e com a participação da família, tendo em vista a criação de novos laços.

Uma outra questão importante é o estímulo para dar continuidade aos estudos, visto que a grande maioria expressou a vontade de voltar a estudar. Seria interessante que fossem apresentadas às trans as possibilidades de retorno às salas de aula, discutindo quais seriam os pontos positivos e quais seriam as possíveis dificuldades encontradas. Contudo, é preciso

tomar cuidado para que o incentivo não seja feito através de um discurso moralizante, pois este, as trans já são obrigadas a escutar do restante da sociedade.

Acreditamos que dentro do Movimento Trans de Florianópolis há muitas possibilidades de mudança e crescimento, sendo que diversas condições já estão dadas. A *ADEH Nostro Mundo* cumpre um importante papel nesta estrutura, dando um suporte importantíssimo para o movimento. O investimento na construção de novas práticas que resultem em uma maior participação das trans é importante não só para o movimento mas também para a Associação pois quanto mais pessoas reivindicarem por mudança, mais legitimidade terão as demandas, permitindo que as mesmas possam alcançar novas áreas do campo social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudarmos o desenvolvimento da sociedade nas últimas décadas podemos perceber uma grande mudança nos valores sociais com a emergência de novos princípios democráticos. Contudo, um aprofundamento no tema nos mostrará que estes novos valores não se expandem de forma homogênea pela sociedade, influenciando os diversos segmentos e campos sociais de formas diferentes.

Ao analisarmos a recente história do Movimento LGBT no Brasil é perceptível o fato de que, tanto a identidade dos diversos sujeitos, quando a identidade dos distintos segmentos, ainda se encontram em um processo de profunda mudança. Esta não-fixação está ligada a duas questões que são fundamentais para o delineamento do movimento a nível nacional: a primeira diz respeito ao reconhecimento das novas demandas LGBT pelo Estado e pela sociedade, e a segunda diz respeito ao reconhecimento dos próprios sujeitos entre si e a construção de suas práticas.

Quanto a questão do reconhecimento por parte da sociedade e do Estado, podemos perceber que as ações e reivindicações do movimento esbarram muito cedo no preconceito, na discriminação e no estigma.

Isso ficou muito perceptível na busca de parcerias para a manutenção do *Centro de Referência em Direitos Humanos*, um dos projetos desenvolvidos pela *ADEH Nostro Mundo*. No contato com os possíveis parceiros, conseguíamos ver nitidamente a mudança de postura quando informávamos que se tratava de uma iniciativa de uma associação de travestis e transexuais.

Diante da necessidade, buscávamos formas que pudessem fazer que essa identidade fosse por vezes camuflada. Em vez de colocar no cabeçalho dos ofícios *Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais*, colocávamos apenas *Centro de Referência em Direitos Humanos*, ou então falávamos que se tratava de uma associação que trabalhava, entre outras coisas, com um projeto voltado para idosos – Projeto Dia da Beleza no Asilo Irmão Joaquim.

Para um movimento que é de auto-afirmação, que tem sua luta diretamente ligada a questão da discriminação, estratégias como esta são bastante problemáticas, visto que os avanços deveriam vir da exposição, da aceitação, e não da invisibilidade.

Por outro lado, esta não aceitação do diferente também é perceptível dentro do movimento LGBT, na relação entre os sujeitos dos diversos segmentos e na construção das bandeiras de luta. Frente a diversidade dos sujeitos envolvidos, e frente as diversas

concepções de mundo que se encontram em jogo, a construção de um projeto coletivo é tão difícil quanto a defesa deste projeto perante a sociedade.

Diante destas questões, o referencial teórico defendido por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe foi valiosíssimo para nossa análise. As categorias de articulação, antagonismo e posição de sujeito nos possibilitaram a compreensão da forma como se vão moldando os diferentes projetos de sociedade e o embate constante que existe entre os mesmos.

O que queremos defender neste momento é que, da mesma forma que existem projetos distintos de sociedade, existem também projetos distintos de movimento LGBT. Nos dois casos as concepções de mundo que estão em jogo e o campo social em que estas se desenvolvem jamais podem ser definidos de forma estática, estando sempre a mercê de um processo de construção e reformulação de valores e ideais.

O enfrentamento entre estas diferentes concepções de mundo, desencadeado a partir da emergência dos antagonismos e da articulação das diferentes posições de sujeito são necessários para a o desenvolvimento da própria sociedade e, a nosso ver, não devem ser vistos como algo ruim ou não desejado.

Dentro disto acreditamos que a expansão do movimento depende, necessariamente, de uma abertura para que as diferenças possam ser expressas e refletidas, sendo consideradas como parte do processo de construção democrática.

Com a discussão de Laclau e Mouffe, nosso intuito é ressaltar que não existe nada de inevitável nas lutas sociais. As resistências, de alguma forma ou outra sempre existiram, mas é somente sob certas circunstâncias que algumas destas resistências conseguem adotar um caráter político, constituindo-se em lutas encaminhadas a colocar fim às relações de subordinação, sendo que este caminho já começou a ser trilhado pelo movimento LGBT e também pelo Movimento Trans.

Acreditamos que diante das dificuldades para a organização dos sujeitos dentro do movimento, existem muitas possibilidades de superação se entendemos que estes sujeitos podem ser autônomos, responder por seus atos e suas escolhas e também contribuir na construção de novos padrões de sociabilidade que venham a desencadear novos antagonismos e novas mudanças sociais. Em nossa opinião, as condições para mudanças e renovações dentro do Movimento Trans da Região da Grande Florianópolis estão postas, sendo um bom momento para a reorganização das ações e desenvolvimento de novas práticas. Os primeiros passos já foram dados, trata-se de seguir o caminho que, mesmo sendo muito longo, certamente levará o Movimento Trans a ocupar um melhor lugar no campo social.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo e NAVARRO, Zander (orgs). **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez. 2003. 334p.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra. 2002. 364p

FACCHINE, Regina. **Sopa de letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. 301p.

FRY, Peter e MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1983. 126p.

GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Movimentos sociais e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994, c1992. 117p.

LACLAU, Ernesto. MOUFFE, Chantal. **Hegemonia y estratégia socialista: hacia una radicalización de la democracia**. Madri: Siglo XXI de España Editores, S.A., 1987. 219p.

LACLAU, Ernesto. Inclusão, exclusão e a construção de identidades. In: **Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 21-37.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política de abertura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. 321p

MOUFFE, Chantal. **La paradoja democrática**. Trad. Tomás Fernandes y Beatriz Eguibar. Barcelona: Gedisa, 2003. 155p.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva. 1996. 206p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política: idéias para a reforma democrática do Estado**. São Paulo: Paz e Terra. 1998. 305p.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez. 2004. 264p.

SCHERER-WARREN, Ilse e ROSSIAUD, Jean. **Democratização em Florianópolis: resgatando a memória dos movimentos sociais**. Itajaí: Ed. da Universidade do Vale do Itajaí. 1999. 336p.

CONDE, Michele Cunha, Franco. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS Programa de Pós-Graduação em Sociologia. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. Goiânia, 2004. 173 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Programa de Pós Graduação em Sociologia.

TAQUES, Fernando José. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. **Movimento GLBT em Santa Catarina : a questão do empoderamento**. Florianópolis, 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. **Ágora** (Rio J.) [online]. 2006, vol.9, n.1, pp. 49-63. ISSN . doi: 10.1590/S1516-14982006000100004

ARAN, Márcia; MURTA, Daniela and LIONCO, Tatiana. Transexualidade e saúde pública no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2009, vol.14, n.4, pp. 1141-1149. ISSN . doi: 10.1590/S1413-81232009000400020.

FRANCA, Isadora Lins. Identidades coletivas, consumo e política: a aproximação entre mercado GLS e movimento GLBT em São Paulo. **Horiz. antropol.** [online]. 2007, vol.13, n.28, pp. 289-311. ISSN . doi: 10.1590/S0104-71832007000200012.

GOHN, Maria da Glória. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Revista Mediações**, Londrina v. 5, n. 1, p. 11-40

MOUTINHO, Laura. Negociando com a adversidade: reflexões sobre "raça", (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2006, vol.14, n.1, pp. 103-116. ISSN . doi: 10.1590/S0104-026X2006000100007.

SCHERER-WARREN, Ilse. Associativismo civil em Florianópolis: evolução e tendências. **Revista de Ciências Humanas (CFH/UFSC)**, Florianópolis, v.26, p. 115-134.

TUSSI, Fernanda Pivato. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. **Horiz. antropol.** [online]. 2006, vol.12, n.26, pp. 323-327. ISSN . doi: 10.1590/S0104-71832006000200016.

<http://www.abglt.org.br/port/index.php>. Acessado 15/09/2009

<http://pessoal.atarde.com.br/marccelus2/antra/plantao.html> Acessado 01/10/2009

7. APÊNDICES

Apêndice I – Questionário Sócio-Econômico e Cultural

Nome: _____

Código : Nº **Questionário de teste**

Código : Nº **Questionário de teste**



ESTUDO SOBRE O PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E CULTURAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS.

Cara entrevistada:

A ADEH Nostro Mundo e o Centro de Referência em Direitos Humanos, em parceria com o Programa de Educação Tutorial de Serviço Social da Universidade de Santa Catarina, estão realizando um levantamento sobre o perfil sócio-econômico e cultural de travestis e transexuais na região da Grande Florianópolis com a finalidade de obter informações sobre as características, necessidades e expectativas dos membros deste segmento. Pretendemos, por meio deste estudo, obter informações que possam contribuir na construção de novas práticas para o segmento, bem como legitimar perante o Governo as antigas demandas e bandeiras levantadas pelo Movimento Social. Sua participação, respondendo o questionário, é de suma importância.

A finalidade desta pesquisa é reunir informações de caráter geral sobre os sujeitos em questão, sendo garantido que os dados informados terão caráter confidencial e serão utilizados somente para os fins desta pesquisa.

Instruções para o preenchimento do questionário:

- Responda a todos os itens de forma individual;
- Preste bastante atenção no enunciado de cada uma das questões;
- Tente não deixar nenhuma questão sem resposta;
- Em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal.

SESSÃO I – Dados Pessoais

1. Sexo:

Feminino	<input type="checkbox"/>
Masculino	<input type="checkbox"/>

2. Identidade de Gênero:

Feminina	<input type="checkbox"/>
Masculina	<input type="checkbox"/>

3. Orientação sexual: (Esta pergunta deve ser respondida tendo-se em conta a identidade de gênero)

Heterossexual	<input type="checkbox"/>
Homossexual	<input type="checkbox"/>

4. Ano de nascimento:

5. Lugar onde nasceu: (Indique a cidade e o estado)

6. Lugar onde vive atualmente. (Indique o bairro, a cidade e o estado)

7. Você segue alguma religião?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **SIM**, indique qual.

8. Você tem filhos?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **SIM**, indique quantos.

9. Estado Conjugal:

Solteira	<input type="checkbox"/>
União Estável (não registrada)	<input type="checkbox"/>
União Estável (registrada)	<input type="checkbox"/>
Casada	<input type="checkbox"/>
Separada	<input type="checkbox"/>
Viúva	<input type="checkbox"/>

10. Com quem você vive? (Caso seja necessário, você poderá escolher mais de uma alternativa)

Companheiro(a)/ Marido/ Mulher	<input type="checkbox"/>
Filho(s)	<input type="checkbox"/>
Pai/Mãe	<input type="checkbox"/>
Irmãos	<input type="checkbox"/>
Parentes (tios, avós...)	<input type="checkbox"/>
Amigos	<input type="checkbox"/>
Colegas de Casa	<input type="checkbox"/>
Patrões	<input type="checkbox"/>

11. Qual a condição da sua moradia?

Própria	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input type="checkbox"/>
Ocupada	<input type="checkbox"/>

12. Qual a condição da moradia de seus pais?

Própria	<input type="checkbox"/>
Alugada	<input type="checkbox"/>
Cedida	<input type="checkbox"/>
Ocupada	<input type="checkbox"/>

13. Escolaridade:

Não alfabetizado	<input type="checkbox"/>
Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/>
Ensino Médio	<input type="checkbox"/>
Ensino Técnico	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (incompleto)	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (completo)	<input type="checkbox"/>
Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>

14. Escolaridade dos pais:

	Pai	Mãe
Não alfabetizado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Técnico	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (incompleto)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior (completo)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

15. Atividade profissional que desenvolve atualmente:

16. Natureza da atividade que desenvolve:

Trabalhador assalariado	<input type="checkbox"/>
Trabalhador autônomo (com vínculo com a previdência social)	<input type="checkbox"/>
Trabalhador informal	<input type="checkbox"/>
Funcionário público	<input type="checkbox"/>

Trabalhador do lar	<input type="checkbox"/>
Estudante	<input type="checkbox"/>

17. Por favor, indique qual é, aproximadamente, sua renda mensal.

18. Você é vítima de alguma doença crônica?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **SIM**, indique a doença.

19. Você possui plano de saúde?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

20. Você acessa o Sistema Único de Saúde?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

21. Em caso de haver respondido afirmativamente a pergunta acima, indique com que frequência acessa o serviço.

Semanalmente	<input type="checkbox"/>
Quinzenalmente	<input type="checkbox"/>
Mensalmente	<input type="checkbox"/>
Anualmente	<input type="checkbox"/>
A cada dois anos	<input type="checkbox"/>
Nunca	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **OUTROS**, indique a frequência.

22. Você se sente bem vivendo:

	Sim	Não
Em seu bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em sua cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em seu estado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em seu país	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

23. Você tem a intenção de viver em um outro lugar?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **SIM**, indique qual o lugar e o motivo.

24. No caso de seus estudos terem sido interrompidos, quais graus de ensino você ainda gostaria de completar?

Ensino Fundamental completo	<input type="checkbox"/>
Ensino Médio	<input type="checkbox"/>
Ensino Técnico	<input type="checkbox"/>
Ensino Superior	<input type="checkbox"/>
Pós-Graduação	<input type="checkbox"/>
Cursos profissionalizantes	<input type="checkbox"/>

25. Se fosse para você exercer outra profissão, indique o que você gostaria de fazer:

26. Você já presenciou alguma cena de discriminação em algum dos locais abaixo listados?

Hospitais e/ou Postos de Saúde	<input type="checkbox"/>
Escolas e/ou Instituições de Ensino	<input type="checkbox"/>
Repartições Públicas	<input type="checkbox"/>
Delegacias de Polícia	<input type="checkbox"/>
Praças e/ou Espaços Públicos	<input type="checkbox"/>

Igrejas	<input type="checkbox"/>
Lojas	<input type="checkbox"/>
Bares e/ou Restaurantes	<input type="checkbox"/>
Casas Noturnas	<input type="checkbox"/>

Caso você tenha assinalado alguma das alternativas, você saberia dizer qual o motivo da discriminação?

27. Você já foi vítima de discriminação em algum dos locais abaixo listados?

Hospitais e/ou Postos de Saúde	<input type="checkbox"/>
Escolas e/ou Instituições de Ensino	<input type="checkbox"/>
Repartições Públicas	<input type="checkbox"/>
Delegacias de Polícia	<input type="checkbox"/>
Praças e/ou Espaços Públicos	<input type="checkbox"/>
Igrejas	<input type="checkbox"/>
Lojas	<input type="checkbox"/>
Bares e/ou Restaurantes	<input type="checkbox"/>
Casas Noturnas	<input type="checkbox"/>

Caso você tenha assinalado alguma das alternativas, você saberia dizer qual o motivo da discriminação?

28. Você já foi vítima de algum tipo de violência?

Sim	<input type="checkbox"/>
Não	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **SIM**, indique a forma de violência.

29. Você já fez uso de alguma das substâncias listadas abaixo? (Caso seja necessário você poderá assinalar mais de uma alternativa)

Cigarro	<input type="checkbox"/>
Alcool	<input type="checkbox"/>
Maconha	<input type="checkbox"/>
Ecstasy	<input type="checkbox"/>
Cocaina	<input type="checkbox"/>
Heroína	<input type="checkbox"/>
LSD	<input type="checkbox"/>
Crack	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **OUTROS**, indique a substância.

30. Você faz uso regular de alguma das substâncias listadas abaixo? (Caso seja necessário você poderá assinalar mais de uma alternativa)

Cigarro	<input type="checkbox"/>
Alcool	<input type="checkbox"/>
Maconha	<input type="checkbox"/>
Ecstasy	<input type="checkbox"/>
Cocaina	<input type="checkbox"/>
Heroína	<input type="checkbox"/>
LSD	<input type="checkbox"/>
Crack	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta foi **OUTROS**, indique a substância.

SESSÃO II – Participação Política

31. Quanto sua família se interessa por política?

	Muito	Médio	Pouco	Nada
Pai	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mãe	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Irmão(s)/Irmã(s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avô(s)/Avó(s)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

32. Quais dos seguintes comportamentos você teve em seu passado?

	Dos 14 aos 18 anos		Dos 19 aos 25 anos	
	Sim	Não	Sim	Não
Sempre tive algum tipo de interesse pela política.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mantive-me informado dos fatos da política.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Normalmente falava de política com amigos e parentes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participei de comícios, debates e atos públicos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

33. Quanto você se sente:

	Muito	Médio	Pouco	Nada
Um membro de sua família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um membro de seu grupo de amigos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um membro de sua geração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um devoto de sua religião	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um membro do movimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um membro da sua cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um cidadão portador de direitos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Para formar suas opiniões políticas, a quem você tem como exemplo?

Companheiro(a)/ Marido/ Mulher	<input type="checkbox"/>
Pais	<input type="checkbox"/>
Amigos/ Colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>

Pessoas que participam junto com você do movimento LGBT	<input type="checkbox"/>
Participantes de chats, fóruns, grupos de discussão e sites de relacionamento da internet.	<input type="checkbox"/>
Associações de categoria/sindicato	<input type="checkbox"/>
Associações não políticas	<input type="checkbox"/>
Imprensa escrita	<input type="checkbox"/>
Televisão	<input type="checkbox"/>

35. Quando você considera que tem uma opinião correta sobre um problema político ou social, com que frequência você busca convencer outras pessoas de sua opinião.

Sempre	Às vezes	Raramente	Nunca
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

36. Tendo em conta as organizações abaixo listadas, indique se atualmente participa de alguma delas.

	É filiado	Não é filiado	Participa das atividades			
			Nunca	Algumas vezes no ano	Algumas vezes no mês	Semanalmente
Partido político	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação Cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação Ambientalista	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação Sindical Profissional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação de Voluntariado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação Comunitária ou de Bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Associação do segmento LGBT	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras (especifique)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se a sua resposta for **OUTRAS**, indique a instituição.

37. Qual seu envolvimento com o Movimento LGBT?

38. Você considera importante participar das lutas do Movimento LGBT? Por quê?

39. O que você acha que a impulsionaria a participar mais das lutas do movimento LGBT?

SESSÃO III – Senso Cívico e Moral

40. Indique seu grau de confiança nos membros dos seguintes segmentos:

	Muito	Médio	Pouco	Nada
Família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Amigos/ colegas de trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Vizinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Companheiros do movimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Maior parte das pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

41. Indique seu grau de envolvimento nos problemas que dizem respeito aos seguintes assuntos:

	Muito	Médio	Pouco	Nada
Os familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os amigos/ colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os vizinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os meus concidadãos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As outras pessoas em geral	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

42. Na vida de hoje frequentemente encontramos-nos na eminência de realizar difíceis escolhas éticas. Você poderia indicar qual é a sua posição a respeito das seguintes questões?

I – Reconhecimentos dos Direitos Civis para Homossexuais.

Nunca aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

II – Equiparação do status das relações estáveis com as relações matrimoniais civis

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

III – Aborto

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

IV – Divórcio

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

VI – Suicídio

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

VII – Uso de drogas legais

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

VIII – Exercício livre da prostituição

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

IX – Ter acesso a um benefício não garantido por Direito

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

X – Não pagamento dos impostos

Não aceitaria	<input type="checkbox"/>
Aceitaria sem problemas	<input type="checkbox"/>

43. Indique qual das afirmações abaixo é mais próxima de seu modo de pensar.

Em nossa sociedade a origem social das pessoas não deve contar, mas sim seus atos.	<input type="checkbox"/>
Em nossa sociedade os atos das pessoas são todos condicionados por sua origem social	<input type="checkbox"/>

44. Quando você precisa tomar uma decisão importante em sua vida, à quais critérios da mais importância?

Sigo aos princípios morais ligados ao meio social onde cresci.	<input type="checkbox"/>
Decido livremente sem condicionantes externos.	<input type="checkbox"/>
Sigo os valores que compartilho com os amigos mais próximos	<input type="checkbox"/>
Sigo os valores religiosos	<input type="checkbox"/>

45. Indique quanto são importantes em sua vida os seguintes ambientes:

	Muito	Médio	Pouco	Nada
O trabalho	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A família	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os amigos e conhecidos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O tempo livre	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A política	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O movimento LGBT	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

46. Entre as afirmações contrapostas indique qual é mais próxima ao seu modo de pensar.

O Estado deve ser o maior responsável por assegurar o bem estar de todos.	<input type="checkbox"/>
Os cidadãos devem ser os maiores responsáveis por assegurar seu bem estar.	<input type="checkbox"/>

O bem estar social depende da iniciativa individual dos sujeitos	<input type="checkbox"/>
O bem estar social depende da solidariedade entre os indivíduos	<input type="checkbox"/>

SESSÃO IV – Política e Democracia

47. Indique seu grau de acordo e desacordo com as seguintes afirmações:

	Concordo	Concordo mais ou menos	Discordo	Não sei responder
O melhor é deixar a política para os políticos de profissão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possuímos real influência no que diz respeito as decisões políticas, por isso é melhor ocupar-nos de nossos problemas privados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A política é uma coisa suja e convém se manter afastado dela	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

48. Entre as ações descritas abaixo, quais você estaria disposto a fazer e quais não faria jamais?

	Faria	Poderia fazer	Não faria
Convencer alguém a votar em um partido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Ser militante de um partido	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ser militante de um movimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assinar um abaixo-assinado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Fazer trabalho voluntário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participar de uma assembléia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participar de uma greve	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ocupar / escolas, universidades, edifícios públicos e privados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aderir a um boicote	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar violência contra as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Praticar violência contra as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

49. Quanto confiança merece as instituições abaixo listadas? (Para cada afirmativa de uma nota entre 1 e 10)

	Voto de 1 a 10
O Governo	
O Congresso	
O Poder Judiciário	
A administração pública	
Os movimentos sociais	
Os partidos políticos	
As Forças Armadas	
A Polícia	
O comércio	
A Igreja	
A televisão	
A imprensa escrita	

50. O desenvolvimento de nossa sociedade depende, sobretudo: (Escolha somente uma resposta.)

Da capacidade de quem governa	<input type="checkbox"/>
Do bom funcionamento das instituições	<input type="checkbox"/>
Da capacidade da coletividade em mobilizar-se e participar	<input type="checkbox"/>

51. O que você entende por democracia? (escolha duas definições tendo em vista a ordem de sua preferência)

	1º	2º
Um método de resolução pacífica dos conflitos políticos e um conjunto de trâmites para os procedimentos eleitorais.		
Um regime político em que todos tem a mesma possibilidade de participar da vida política.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um regime político em que a finalidade é a justiça social, a igualdade e a solidariedade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ter a possibilidade de manifestar o próprio modo de pensar e de viver.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um modo de relacionamento com as outras pessoas, tendo sempre em conta os interesses destas outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não saberia dizer	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Se sua resposta for **OUTRO**, por favor, especifique:

Apendicê II – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Nº _____

Por meio deste documento você está sendo convidada a participar da pesquisa “Perfil Sócio-Econômico e Cultural de Travestis e Transexuais da Grande Florianópolis”, que tem como objetivo analisar as potencialidades políticas e formas de inserção destes sujeitos no Movimento de travestis e transexuais. Esta pesquisa será desenvolvida pela graduanda do curso de Serviço Social Carolina Rodrigues Costa, por meio do programa de Educação Tutorial do Serviço Social e da Instituição ADEH Nostro Mundo (Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais)

O Presente termo assegura os seguintes direitos:

- a) Garantia de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, sobre todos os procedimentos empregados em sua realização;
- b) Liberdade de se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa;
- c) Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;
- d) Opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido.

Você está recebendo uma cópia deste termo que constará o telefone dos pesquisadores, podendo tirar suas dúvidas, a qualquer momento, sobre o projeto e sua participação.

Eu, _____,

Declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pelos pesquisadores e ter entendido os objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para a realização desta. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com a pesquisadora responsável pela pesquisa.

Assinatura do Declarante

Florianópolis, _____, de _____ de 2009

Contatos:

ADEH Nostro Mundo: 3028-0317

PET Serviço Social: 3721-9453

Pesquisadora: Carolina Rodrigues Costa

E-mail: carol_costa2@yahoo.com.br

Tel: 8432-5004

Apêndice III – Declaração ADEH Nostro Mundo



Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais
Associação de Travestis e Transexuais da Grande Florianópolis

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, como representante legal da Associação em Defesa dos Direitos Homossexuais (ADEH Nostro Mundo), tomei conhecimento do projeto de pesquisa: **O Movimento de Travestis e Transexuais da Grande Florianópolis: Alternativas para a participação**, dando autorização para que o mesmo se realize dentro da Instituição.

Florianópolis, 01/07/2009

Kelly Vieira

Presidente ADEH Nostro Mundo